



Banco Finantia

RELATÓRIO E CONTAS 2012 **(CONTAS CONSOLIDADAS)**

Banco Finantia, S.A.

Rua General Firmino Miguel, nº 5 – 1º • 1600-100 Lisboa

Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e Pessoa Colectiva nº 501.897.020 • Capital Social: €150.000.000
Mediador de Seguros nº 408264747 • Inscrito no Instituto de Seguros de Portugal em 01/02/2008 • Agente de Seguros Vida/Não Vida



Banco Finantia

Relatório e Contas Consolidadas 2012

Relatório do Conselho de Administração

A Situação Macroeconómica

O ano de 2012 foi marcado por uma recuperação moderada da economia mundial. Ainda afectado pela queda associada à crise de 2008-2009, o crescimento mundial em 2012 foi de 3,2%, depois de ter caído 5,1% em 2010 e 3,9% em 2011. Os países desenvolvidos continuaram a reestruturar as suas economias e a recuperar a sua sustentabilidade fiscal, tendo-se situado as suas taxas de crescimento 2 a 3 pontos percentuais abaixo do patamar pré-crise.

Na sequência das medidas políticas implementadas tanto na zona Euro como nos Estados Unidos, os riscos sistémicos da economia mundial dão sinais de estar a diminuir. As condições económicas melhoraram modestamente no terceiro trimestre de 2012, sendo ainda expectável o registo de uma melhoria no quarto trimestre. As economias emergentes foram os principais motores da recuperação à medida que a actividade económica geral foi arrancando. Entre as economias desenvolvidas, os EUA foram uma surpresa positiva, embora a sustentabilidade do seu crescimento permaneça incerta. A zona Euro continuou a ser afectada pela austeridade fiscal. Em todo o caso estas medidas também tiveram efeitos positivos, uma vez que o enquadramento financeiro aponta para a estabilização.

De acordo com as estimativas do FMI, os EUA cresceram 2,3% em 2012. Estes dados reflectem a situação anémica do mercado de trabalho e do consumo, o que levou a Reserva Federal a implementar mais medidas de estímulo à economia. Por outro lado é de realçar que a deterioração da recuperação económica foi evitada muito por força dos efeitos positivos decorrentes do *fiscal cliff deal*, da melhoria do mercado imobiliário e da expansão do crédito privado.

Na Europa, a crise da zona Euro agudizou-se em 2012 e novas intervenções foram necessárias para evitar a deterioração económica. Até ao quarto trimestre, os bancos, as seguradoras e as empresas deslocalizaram a sua liquidez das economias periféricas

para as principais economias europeias, o que provocou nos países periféricos uma subida record dos spreads das obrigações. Todavia várias medidas políticas foram implementadas o que favoreceu a estabilização dos mercados financeiros e, no final do terceiro trimestre, os spreads das obrigações desceram e o preço dos activos de risco subiu, nomeadamente das acções.

A zona Euro continuou no entanto a funcionar a duas velocidades. O crescimento dos países da Europa do Centro e do Norte desacelerou em 2012, à semelhança do que se passou com a Alemanha, o motor da zona Euro, que se estima ter crescido 0.9% em 2012 versus 3,1% em 2011. As economias periféricas sofreram uma contracção forte dos seus PIBs. A Grécia e Portugal, ambos sob intervenção do FMI, apresentaram um forte decréscimo da actividade económica, tendo o PIB registado trajectórias negativas de 6,0% e 3,0%, respectivamente. A Irlanda cresceu modestamente em 2012, estimando-se uma taxa de crescimento de 0,4%, depois de ter registado um crescimento de 1,4% em 2011. De acordo com as estimativas do FMI a zona Euro no seu conjunto cresceu a uma taxa de 0,4% em 2012 abaixo do 1,4% positivo em 2011.

Para 2013, o FMI espera um aumento na actividade económica mundial de 3,5%. Mas este crescimento irá depender essencialmente do desempenho dos principais "motores" económicos, ou seja, os Estados Unidos, a Zona Euro e os BRICs. Tanto os EUA como a Zona Euro terão de continuar com as suas reformas no sector financeiro, bem como prosseguir com as suas políticas de consolidação orçamental.

A Zona Euro continua a apresentar grandes riscos para a economia mundial. Para 2013 o FMI espera que a economia da Zona Euro contraia 0,2%. Os riscos sistémicos estão apesar de tudo mais reduzidos na sequência das medidas implementadas nos últimos anos à escala europeia, no sentido de restaurar o equilíbrio orçamental dos Estados, de combater as fragilidades do sector financeiro e de reforçar a competitividade das economias, em especial das economias periféricas. O efeito destas medidas será positivo para a actividade económica, tendo o FMI estimado um crescimento positivo para a Zona Euro de 1,0% em 2014.

Relativamente aos BRICs espera-se que as suas economias continuem a crescer, embora em níveis muito abaixo dos máximos registados em 2010-2011, mas acima dos níveis de 2012. As fragilidades das economias avançadas vão continuar a pesar sobre a procura externa. A reduzida margem de manobra para flexibilizar políticas,

acrescida de problemas de abastecimento e de incerteza política em algumas das economias, como o Brasil e a Índia, vão pressionar em baixa o crescimento. O FMI projecta para 2013 taxas de crescimento de 3,5% para o Brasil, 5,9% para a Índia, 3,7% para a Rússia e 8,2% para a China.

No conjunto, o FMI estima que as economias emergentes e em desenvolvimento poderão crescer a uma média de 5,5% em 2013, depois de terem apresentado um crescimento médio de 5,1% em 2012. Prevê-se que a taxa de crescimento da região da CEI seja de 3,8% em 2013, perante uma estimativa de 3,6% em 2012.

O Enquadramento económico na Península Ibérica

Em Portugal, durante 2012 assistiu-se a um grande esforço político para reverter gradualmente os desequilíbrios acumulados e evitar futuras crises. Em consequência de todas estas medidas o sentimento do mercado financeiro melhorou, o que correspondeu a uma queda nos spreads soberanos. Em Janeiro de 2013, pela primeira vez desde o seu resgate em 2011, o Estado português conseguiu financiar-se com sucesso nos mercados de obrigações de médio prazo, sendo que cerca de 90% dos títulos foram vendidos a investidores estrangeiros, nomeadamente EUA, Reino Unido e Ásia.

Embora as perspectivas do país a curto prazo continuem difíceis, o FMI espera que o processo de recuperação económica a médio prazo comece a ganhar forma à medida que as reformas implementadas vão dando frutos. O FMI estima que o PIB português contraia 3% em 2012 e é provável que a recessão se estenda até 2013 (-1%), com uma ligeira recuperação na parte final do ano. Em todo o caso, o FMI espera um regresso de Portugal aos crescimentos positivos em 2014. O desemprego deverá aumentar ainda mais, à medida que o sector empresarial for desalavancando os seus balanços e os impostos indirectos mais elevados forem pressionando os preços para cima.

Em 2013, com um enquadramento mundial mais positivo, deverão estar criadas as condições para um regresso ao crescimento económico liderado pelas exportações. Em 2012 o principal motor da economia foi a forte expansão das exportações de bens para países fora da UE (+ 23% de Janeiro a Outubro de 2012). Com as importações ainda em declínio, a Balança Comercial está a ajustar-se a um ritmo mais rápido do que o previsto. O FMI prevê que o défice da Balança Comercial atinja cerca de 1,0%

do PIB em 2013, comparado com o défice de 1,7% do PIB previsto em meados de 2012. É de realçar também a observação positiva recente do FMI, confirmando que o Governo Português tem implementado as medidas necessárias para satisfazer as condições acordadas para a continuação da libertação de fundos do pacote de resgate de EUR 78.000 milhões.

A Espanha, outro dos países periféricos que tem sido severamente afectado pela crise mundial, registou uma contracção da economia estimada pelo FMI em -1,4% em 2012, depois de um crescimento modesto de 0,4% em 2011. As causas principais desta contracção resultam da correcção de desequilíbrios fundamentais como a bolha do imobiliário (preço dos imóveis e construção), o sobreendividamento dos consumidores e um sistema bancário frágil. Estes factores levaram à contracção da procura doméstica, apenas parcialmente compensada pelas exportações líquidas. A diminuição das importações e o aumento das exportações reduziram o défice da Balança das transacções correntes, o qual era superavitário em Agosto de 2012, de acordo com o FMI. É de esperar que a austeridade fiscal e o aumento do desemprego mantenham a economia em recessão. O FMI prevê uma contracção de 1,5% em 2013, sendo que em 2014 se espera que a economia espanhola volte aos crescimentos positivos.

Actividades Operacionais

Em 2012, o Banco Finantia enfrentou novamente um enquadramento difícil, com o PIB de Portugal a reduzir cerca de 3% e o da UE a contrair cerca de 0,4%. Paralelamente os mercados financeiros permaneceram em larga medida fechados ou muito caros para os emitentes portugueses.

Nestas circunstâncias o Banco Finantia continuou a mostrar flexibilidade e resiliência, ajustando sua estratégia e focando-se em serviços e em actividades de colocação e vendas – Banca Privada, Assessoria Financeira, colocação e venda de produtos de Renda Fixa e de Trade Finance e comercialização de seguros. O financiamento especializado e de equipamentos reduziu-se ainda mais do que no ano anterior, reflectindo uma atitude prudente face ao risco e as adversas condições económicas e financeiras que o enquadramento actual apresenta. A carteira de títulos foi mantida e

continua a ser uma componente-chave de suporte às actividades do Banco na área de renda fixa.

Corporate Finance

Na área de Corporate Finance, o Banco Finantia manteve o seu foco nos serviços de Assessoria Financeira, com especial atenção para oportunidades em que o Banco pode acrescentar valor, sendo de realçar: o apoio na expansão de empresas portuguesas no estrangeiro, principalmente no Brasil e nos PALOP; a assessoria em processos de reestruturação empresarial (desinvestimentos estratégicos e reestruturações financeiras); o apoio estratégico ao Governo Português em matéria de privatizações, ora aconselhando o Governo ora assessorando potenciais compradores; e a assessoria orientada para o investimento directo, aconselhando os investidores estrangeiros nas suas decisões de negócio em Portugal.

Projectos específicos incluíram oportunidades de negócio nos sectores da Energia, em particular nas Energias Renováveis, dos Media, das Infra-estruturas, dos Transportes, da Banca, e dos Seguros. A maioria destes projectos são *crossborder*, nomeadamente nos corredores Portugal-Brasil, Portugal-Angola e Portugal-Moçambique.

Em coordenação com as áreas de Mercado de Capitais, Trade Finance e Tesouraria iniciaram-se esforços para estruturar soluções de financiamento a empresas portuguesas, quer para projectos em Portugal quer para projectos internacionais. Em termos da base de investidores, assistiu-se a um aumento da abrangência geográfica, nomeadamente com o reforço da rede de investidores da China, do Canadá, de Angola e do Médio Oriente, bem como de vários países europeus, e também a uma diversificação da sua natureza, em particular fundos de investimento, *private equities* e multilaterais.

As perspectivas para 2013 são positivas, uma vez que o Banco iniciou o ano com vários mandatos importantes e um forte fluxo de novos projectos.

Mercado de Capitais

A área de Mercado de Capitais do Grupo Banco Finantia desenvolve a sua actividade num contexto internacional onde para além de Portugal, mantém presença física nos Estados Unidos da América (Finantia USA), Brasil (Finantia Brasil), Espanha (Banco

Finantia Sofinloc) e Reino Unido (Finantia Securities), o que permite alcançar uma base de clientes alargada, que procura a experiência do Grupo Banco Finantia na originação de soluções e na colocação e venda de títulos de dívida.

Para esta área de negócio o ano de 2012 foi caracterizado por uma envolvente desafiante, com os mercados primários de dívida estrangidos nos países europeus periféricos e um contexto generalizado de baixas taxas de juros em resultado das intervenções expansionistas dos principais Bancos Centrais.

Neste contexto a actividade de mercado de capitais do Banco Finantia ficou marcada por duas vertentes distintas embora ambas convergindo para um objectivo comum da área que é a procura permanente das melhores soluções para os nossos clientes no intuito de estabelecer relações de longo prazo.

Por um lado, visamos a expansão da actividade internacional alargando o espectro de cobertura geográfica de investidores que vai desde a América do Sul e Central (Brasil, Uruguai, Colômbia, Chile, Peru e Panamá), ao Leste Europeu onde desde há vários anos se mantém o acompanhamento dos mercados de renda fixa de forma bastante activa.

Por outro lado, desenvolvendo um esforço para impulsionar a liquidez nos mercados de dívida periférica Europeia, nomeadamente Portugal e Espanha, procurando quer na base de clientes local, quer na base de clientes internacional (europeia e americana) aproveitar as oportunidades que a conjuntura de redução de taxas de juro em 2012 foi apresentando.

O sucesso, no ano de 2012, nesta área de negócios traduziu-se não só no incremento das receitas geradas (mais de 50% face ao ano de 2011) e no aumento dos volumes transaccionados, como e sobretudo pelo reconhecimento dos nossos clientes do serviço prestado pelo Grupo Banco Finantia.

Trade Finance

O mercado primário de empréstimos sindicados, em particular nos países emergentes, tem crescido regularmente desde o começo da crise financeira em 2008, apesar do número e volume das emissões não terem ainda atingido os montantes normalmente obtidos nos anos anteriores à crise.

Com o término do esforço de desalavancagem efetuado pela área de Empréstimos e Trade Finance nos últimos anos, durante 2012 foi possível voltarmos a concentrar os nossos esforços em oportunidades oriundas dos mercados primário e secundário de empréstimos sindicados. A exemplo dos anos anteriores, as actividades da área foram concentradas na gestão de uma carteira especializada que satisfaça as necessidades dos nossos clientes, quer compradores quer vendedores, e que proporcione ao Banco ganhos de capital e de intermediação. Tentou-se, com sucesso, facilitar a solução de situações especiais que ocorreram no mercado como por exemplo a venda de portfólios de empréstimos por parte de grandes instituições Europeias, bem como tirar proveito da volatilidade e falta de liquidez pontual de alguns riscos com os quais estamos familiarizados.

A atividade principal, executada pelos escritórios de Londres, São Paulo e Nova Iorque, permaneceu concentrada na compra e venda de emissões de grande porte de bancos e empresas com grau de investimento, situadas maioritariamente nos mercados emergentes onde tradicionalmente operamos, nomeadamente America Latina, principalmente Brasil e Chile, Turquia, Rússia e demais países do Leste Europeu bem como a África do Sul.

Financiamento Especializado

Em 2012, a actividade de financiamento especializado continuou a focalizar-se no financiamento da aquisição de automóveis ligeiros de passageiros e comerciais. Tal como em anos anteriores, foram privilegiados os segmentos de particulares, profissionais liberais e pequenas e médias empresas com a disponibilização dos produtos crédito automóvel, locação financeira e aluguer de longa duração (ALD).

A angariação de negócios continuou a ser feita primordialmente através dos canais de comercialização de automóveis, incluindo os concessionários das marcas e os comerciantes de automóveis usados.

O mercado ibérico de viaturas ligeiras novas experimentou um decréscimo de 41% em Portugal e de 14% em Espanha face a 2011, tendo sido matriculadas no seu conjunto cerca de 812 mil unidades em 2012.

A carteira bruta de financiamento especializado fixou-se nos EUR 311 milhões no final de 2012, representando Portugal 70% deste total (EUR 219 milhões) e Espanha o remanescente (EUR 92 milhões).

Em complemento à sua actividade principal, a área do financiamento especializado continuou a expandir a intermediação/venda de seguros automóvel e vida onde obteve um volume de comissões em 2012 superior a EUR 2.9 milhões.

Banca Privada

Prosseguindo a tendência positiva dos últimos exercícios, assistimos durante o ano de 2012 ao crescimento e expansão da actividade da Banca Privada, traduzindo-se no alargamento da base de clientes (+175%) e no aumento do volume de activos sob gestão, nomeadamente dos depósitos de clientes (+81%).

Num contexto interno condicionado pela intensificação da concorrência, nomeadamente nas condições de “pricing” e de uma maior dificuldade de diferenciação ao nível dos produtos, o Finantia Private procurou preservar como principal factor de diferenciação estratégica a independência, aliada a vários factores: (i) uma equipa comercial altamente qualificada e flexível na acção, disponibilizando aos clientes níveis de serviço e de aconselhamento mais personalizados e especializados; (ii) intensificação da divulgação da marca Finantia Private através de *sites on-line* especializados em produtos e serviços financeiros; (iii) divulgação de produtos de baixo risco que corresponderam adequadamente e em cada momento aos objectivos dos clientes.

Numa conjuntura marcada pela volatilidade dos mercados financeiros internacionais, assistiu-se a uma manutenção da tendência de aversão ao risco por parte da generalidade dos clientes. O Finantia Private, mantendo a preferência por disponibilizar aplicações financeiras de curto prazo, permitiu continuar a assegurar baixo risco e tranquilidade a todos aqueles que nos conferem a gestão do seu património.

O Finantia Private manterá para 2013 objectivos de crescimento do volume de negócios, quer pela captação de novos clientes, quer pela intensificação do grau de envolvimento com os clientes actuais. A nossa actuação desenvolve-se num ambiente

de discrição, confidencialidade e independência e com a preocupação constante quanto à rentabilidade das carteiras e à preservação do património dos clientes.

O Banco continua a oferecer serviços de Banca Privada nos escritórios de Lisboa, Porto, Madrid, Barcelona e Valência.

Tesouraria

A actividade da Tesouraria foi marcada em 2012 por uma conjuntura exigente que condicionou a gestão dos principais riscos financeiros do Grupo Banco Finantia.

Por um lado, sofremos os impactos da aplicação do Programa de assistência financeira a Portugal, a par da persistência da crise da dívida da Zona Euro, da ameaça do descontrolo orçamental nos Estados Unidos e da desaceleração da actividade económica mundial. Por outro lado, observámos a intervenção dos principais bancos centrais com a aplicação de medidas expansionistas, nomeadamente a adopção de um terceiro programa de *quantitative easing* por parte da Reserva Federal Americana, e a intervenção do Banco Central Europeu através das operações de refinanciamento a 3 anos.

Foi pois num contexto difícil interna e externamente que se desenvolveu a actividade da Tesouraria. A nossa actuação centrou-se na continuação da política de diversificação das principais fontes de financiamento do Banco Finantia.

Os objectivos traçados na prossecução desta estratégia foram amplamente atingidos, como se comprova pelo incremento substancial na base de clientes depositantes que se traduziu num aumento do montante de Depósitos superior a EUR 200 milhões e que possibilitou a redução da exposição do Banco ao mercados interbancários e ao mesmo tempo contribuiu para o reforço e fortalecimento da posição de liquidez do Grupo.

De destacar ainda o reembolso do empréstimo obrigacionista com garantia do Estado no montante de EUR 100 milhões em Maio de 2012, que sinaliza o final de um ciclo de reembolso de empréstimos iniciado em 2009, e o culminar de uma atempada política de desalavancagem, alicerçada na confiança demonstrada por parte dos nossos clientes e contrapartes, reflexo dos nossos padrões de integridade, solidez e excelência.

Actividades de Suporte

Sistemas de Informação

O projecto de implementação do novo *package* bancário *Bank Fusion Midas*, sistema de processamento da actividade do Banco Finantia, foi o principal projecto durante o ano de 2012 para área de Sistemas de Informação. Concretizou-se também a adaptação de um conjunto de infra-estruturas, incluindo a definição de novas interfaces das aplicações satélite ao seu *core*, em alinhamento com a nova tecnologia de integração escolhida pelo Grupo (Oracle SOA e Weblogic Suites). Ainda no âmbito de redução de custos de posse (TCO) de aplicações *legacy* foi iniciada a sua revisão e a sua migração/desenvolvimento para um novo ambiente/tecnologia, tendo por objectivo a sua maior eficiência.

No âmbito da redução de custos operacionais foram renegociados contractos com vários parceiros/fornecedores, o que levou em alguns casos à sua substituição, tendo sido obtidas condições mais favoráveis. Deu-se seguimento ao processo de virtualização de servidores em todos os ambientes e foi prosseguido o desenvolvimento do Plano de Continuidade de Negócio (PCN), disponibilizando mais funcionalidades no Centro de *Disaster Recovery* e mitigando o *Return to Operation* (RTO) em caso de alguma ocorrência.

Operações

O Departamento de Operações registou em 2012 um elevado volume de transacções processadas, num ambiente de crescente exigência operacional imposto quer pelo mercado quer por novos requisitos das entidades reguladoras. Foram implementados diversos desenvolvimentos informáticos permitindo a melhoria de procedimentos de controlo interno e operacionais, tendo assim sido mantidos os elevados níveis de qualidade e segurança e reforçada a eficiência de processamento.

Os trabalhos no projecto de implementação do novo sistema informático, que irá suportar a operativa global bancária, tiveram um grande peso no Departamento de Operações ao longo de todo o ano. Os trabalhos de planeamento das fases próximas do *Go Live* do projecto foram particularmente exigentes no último trimestre do ano.

Mantêm-se as expectativas de que a nova aplicação irá permitir atingir níveis mais elevados de eficiência em toda a máquina operacional do Banco, desde o *front office* passando pelas áreas de processamento até ao controlo e contabilização, com o esperado impacto ao nível da automatização e consequente redução dos custos operacionais.

Em 2013 o Departamento de Operações vai estar focalizado na adaptação à nova aplicação e à revisão de alguns processos operacionais, sem descurar os níveis de qualidade, segurança e eficiência de processamento.

Recursos Humanos

No Grupo Banco Finantia o capital humano continua a representar o seu principal activo, razão pela qual a sua valorização e motivação constituem o principal desafio da política de Recursos Humanos. Consciente de que só com pessoas bem preparadas e motivadas, se poderá encarar com determinação um futuro que se tem mostrado tão cheio de desafios, o Grupo continua apostado no desenvolvimento e formação dos seus colaboradores, ao mesmo tempo que tem efectuado os ajustamentos necessários na organização que lhe permitem aumentar a eficiência e manter a competitividade.

Há semelhança dos anos anteriores, em 2012 foram identificadas as áreas de formação mais adequadas para um melhor desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores. O plano de formação assentou em dois pilares base, a formação genérica transversal à empresa e a formação específica mais orientada para as necessidades concretas de cada área ou departamento. O plano de formação realizado manteve o reforço e o aperfeiçoamento das competências consideradas chave para a Organização, tendo-se desenvolvido 40 acções de formação internas e externas, que envolveram cerca de 59 colaboradores, ou seja aproximadamente 32% do quadro de efectivos, superando as 500 horas de formação.

O Grupo deu continuidade à sua política de rotatividade interna, entendida como uma importante e contínua ferramenta de valorização profissional e de disseminação da cultura própria da entidade. No ano de 2012, mudaram de departamento ou função cerca de 6% dos colaboradores do Grupo. A rotação envolveu também a deslocação de alguns colaboradores da sede para os escritórios/filiais no estrangeiro (Espanha,

Reino Unido, EUA e Brasil) bem como a formação na sede de colaboradores oriundos desses mesmos escritórios.

Relativamente à avaliação de desempenho, cumpriram-se os pressupostos necessários à consecução dos objectivos previamente identificados, tendo sido efectuados alguns reajustamentos ao nível das competências genéricas e específicas determinados no ano anterior. A relação dos resultados obtidos, em todas vertentes, permitiu que se prosseguisse a monitorização da evolução de necessidades no seio da organização.

No final de 2012 o Grupo Banco Finantia contava com um total de 265 colaboradores, dos quais 182 em Portugal e os restantes 83 nos escritórios/filiais no estrangeiro (Espanha, Reino Unido, EUA e Brasil). A idade média é de 41 anos, sendo que cerca de 60% têm habilitações académicas ao nível do ensino superior.

Responsabilidade Social, Mecenato e Educação

Responsabilidade Social

Em 2012 o Banco Finantia deu continuação à sua política de apoio a várias acções específicas de solidariedade social destinadas a crianças desfavorecidas socialmente ou com necessidades educativas especiais, nomeadamente:

- A “Raríssimas”: associação de ajuda pessoas portadoras de doenças raras. O apoio do Banco Finantia foi direccionado para o projecto a “Casa dos Marcos”, um edifício destinado a prestar apoio médico, terapêutico e residencial a jovens portadores de deficiência mental;
- O “Banco do Bebê”: associação de ajuda às famílias carenciadas dos bebés que nascem na maternidade Alfredo da Costa;
- A “Liga dos Amigos do Hospital S. João do Porto”: associação de apoio a crianças e idosos carenciados em internamento;
- A “APSA – Associação Portuguesa do Síndrome de Asperger”: instituição cuja missão consiste em apoiar as crianças e jovens portadores de uma perturbação comportamental específica de base genética;

Mecenato Cultural

Neste âmbito o Banco Finantia manteve o seu apoio ao Palácio Nacional da Ajuda e à Fundação de Serralves. Desde 1997 que o Banco Finantia é um mecenas activo do Palácio e é, com orgulho, membro fundador da Fundação de Serralves, onde tem patrocinado diversos programas culturais e sociais.

Educação

No apoio à educação colaborámos uma vez mais com o ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, atribuindo um prémio ao melhor aluno do primeiro ano do Mestrado em “Economia Internacional e Estudos Europeus”. O Banco é ainda membro fundador da “Fundação Económicas – Fundação para o Desenvolvimento das Ciências Económicas, Financeiras e Empresariais”.

Perspectivas Futuras

Com uma melhor coordenação das políticas económicas a nível europeu, é de esperar uma evolução económica positiva em 2013 e para os anos posteriores. No entanto, dado o processo rigoroso de austeridade e ajustamento estrutural que Portugal atravessa, prevemos que o Banco Finantia continuará a ser confrontado por condições financeiras adversas, nomeadamente com restrições ao financiamento de médio e longo prazo.

Continuaremos a focar-nos na prestação de serviços financeiros e nas actividades de colocação e venda na área de renda fixa e trade finance. Em paralelo procuraremos identificar oportunidades que possam surgir na área da banca de investimento, e será dada menor relevância às actividades intensivas em capital e funding.

Na área de serviços vamos continuar a desenvolver a nossa actividade de Banca Privada, expandindo a base de clientes, mantendo sempre a qualidade do nosso atendimento personalizado que constitui a imagem de marca do Finantia Private.

Relativamente ao Corporate Finance vamos concentrar os nossos esforços no aproveitamento de oportunidades decorrentes das fases finais dos processos de privatização em curso em Portugal, bem como dos processos de reestruturação e

desinvestimento que o sector empresarial português continuará a atravessar. Procuraremos apoiar investidores estrangeiros que buscam oportunidades de negócio na Península Ibérica. Continuaremos também a assessorar investidores portugueses que procuram oportunidades de expansão no exterior, principalmente no Brasil e nos países africanos de língua portuguesa.

Quanto às actividades de colocação e vendas, abrangendo os mercados de renda fixa e empréstimos, vamos investir no reforço das respectivas equipas para desenvolver ainda mais estas actividades.

A contínua volatilidade dos mercados irá apresentar boas oportunidades de negócio, enquanto que as restrições ao crédito bancário poderão criar alternativas atractivas para transacções nos mercados de renda fixa.

Resultados Consolidados

O resultado líquido consolidado do exercício de 2012 atingiu os EUR 3,1 milhões, igual ao do exercício anterior de EUR 3,1 milhões.

Os proveitos operacionais registaram o valor de EUR 83,3 milhões uma subida de 30% face aos EUR 64,1 milhões do ano anterior. A margem financeira cifrou-se em EUR 67,5 milhões uma redução face aos EUR 84,7 milhões registados em 2011, devido à diminuição dos activos remunerados e de um aumento do custo de fundos.

Os rendimentos líquidos de serviços e comissões registaram o valor de EUR 13,1 milhões uma descida comparada com o valor do ano anterior de EUR 18,1 milhões devido à queda da actividade de financiamento especializado compensada parcialmente pelo aumento de comissões de seguros. Os resultados de operações financeiras e outros resultados de exploração registaram uma significativa recuperação face ao ano anterior situando-se em EUR 2,6 milhões.

Os custos operacionais situaram-se em EUR 25,1 milhões uma redução de 13,1% comparado com os EUR 28,9 milhões de 2011, reflectindo o ajuste das necessidades operacionais do Grupo aos actuais níveis de actividade, situando o rácio de eficiência em 30% um dos melhores dos bancos portugueses.

O total do activo consolidado situou-se em EUR 2259 milhões, uma redução de cerca de 10% face aos EUR 2522 milhões do ano anterior dando continuidade ao plano de desalavancagem dos últimos anos.

A carteira de crédito a clientes líquida situou-se em EUR 386 milhões, com forte redução face aos EUR 643 milhões do ano anterior enquanto que a carteira de títulos líquida atingiu o valor de EUR 1407 milhões, um aumento face aos EUR 1260 milhões de 2011.

Os activos de risco ponderados no final do exercício situaram-se em EUR 1919 milhões, uma redução de 28% face aos EUR 2658 milhões de 2011. Os fundos próprios totais situaram-se em EUR 347 milhões, o que compara com os EUR 381 milhões do ano anterior, onde o Core Tier I atingiu os EUR 236 milhões. Consequentemente o rácio de solvabilidade (CAD ratio) atingiu o valor de 18,1% (14,3% em 2011) e o Core Tier I 12,3% (9,8% em 2011) valor bastante superior ao mínimo exigido de 10% pelo Banco de Portugal.

O rácio de crédito líquido sobre depósitos de acordo com o Banco de Portugal (*CTD ratio net*) situou-se nuns confortáveis 137%, uma significativa redução face aos 398% em final de 2011.

Acções Próprias

No início de 2012 o Grupo possuía 6.385.926 acções próprias. As compras e vendas de acções próprias em 2012 foram feitas ao abrigo das deliberações da Assembleia Geral do Banco de 27 de Maio de 2011 e de 12 de Abril de 2012, que incluem igualmente uma autorização especial para a compra e venda de acções da Sociedade pelos colaboradores do Grupo. Durante o exercício de 2012, o Grupo adquiriu 204.246 acções no montante de EUR 122,547.60, todas ao abrigo do programa de colaboradores. Em 31 de Dezembro de 2012 o Grupo detinha 6.590.172 acções próprias.

Aplicação de Resultados

No contexto das recomendações genéricas do Banco de Portugal para o sistema bancário português, de retenção dos resultados de 2012 para reforço de fundos

próprios, não se propõe qualquer distribuição de dividendos. Propõe-se que a totalidade do resultado seja assim incorporada em reservas.

Considerações Finais

No ano em que o Banco Finantia completou 25 anos de existência o Conselho de Administração agradece a todos os que apoiaram as suas actividades.

Aos seus clientes, accionistas, órgãos sociais e auditores uma palavra de reconhecimento pela confiança depositada. Às Autoridades Governamentais e de Supervisão, uma palavra de apreço pela cooperação prestada.

A todos os colaboradores um grande obrigado pelo esforço, dedicação, lealdade e profissionalismo.

Lisboa, 8 de Março de 2013

O Conselho de Administração



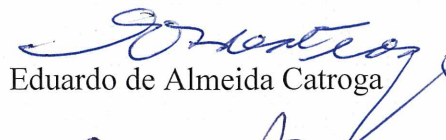
António Manuel Afonso Guerreiro (Presidente)



Alexandre Tcherepnine



Alexei Mitrofanov



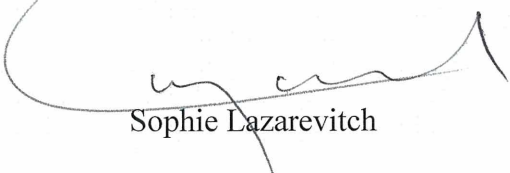
Eduardo de Almeida Catroga



Eduardo José de Belém Garcia e Costa



Maria Luisa F. Líbano Monteiro Antas



Sophie Lazarevitch

ANEXO

Adopção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

O Banco de Portugal, através das Cartas Circular nº 46/08/DSBDR e nº 97/08/DSBDR, de 15 de Julho e 3 de Dezembro, respectivamente, adoptou as recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) sobre a publicação de um conjunto de informações tendo em vista um melhor conhecimento da situação financeira das instituições financeiras em geral, e dos bancos em particular.

A informação neste Anexo tem como objectivo cumprir com os requisitos exigidos de divulgação.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

A descrição da estratégia e do modelo de negócio do Grupo é apresentada no Relatório de Gestão o qual é parte integrante do Relatório e Contas 2012.

2., 3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No corpo do Relatório de Gestão apresenta-se informação acerca da estratégia e objectivos das áreas de negócio do Grupo e sua evolução.

II. RISCOS E GESTÃO DOS RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas (veja-se Nota 34 - Gestão dos riscos da actividade) apresentam uma descrição de como a Função de Gestão dos Riscos se encontra organizada no seio do Grupo, assim como informação que permite ao mercado obter a percepção sobre os riscos incorridos pelo Grupo e mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados

Os principais impactos provocados pelo actual período de turbulência financeira são descritos no Relatório de Gestão.

Foi adoptada uma descrição qualitativa atendendo a que se nos afigura desproporcionado e não quantificável a mensuração dos efeitos relacionados apenas com a turbulência financeira atendendo a que foi acompanhada por fortes perturbações no mercado das matérias primas e do preço do petróleo com reflexos em vários domínios da economia nacional e internacional.

9. e 10. Desagregação dos “write-downs”

O Grupo não está exposto a produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, nomeadamente *commercial mortgage-backed securities*, *residential mortgage-backed securities*, *colateralised debt obligations* e *asset-backed securities*.

11. e 12. Comparação dos impactos entre períodos

Não aplicável.

13. Influência da turbulência financeira na cotação das acções do Grupo

Não aplicável.

14. Risco de perda máxima

Na Nota 34 das demonstrações financeiras “Gestão dos Riscos da Actividade” é divulgada informação sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações de stress do mercado.

15. Responsabilidades do Grupo emitidas e resultados

Na Nota 7 das demonstrações financeiras faz-se divulgação sobre o impacto nos resultados decorrentes da reavaliação da dívida emitida.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal e justo valor das exposições

Na Nota 37 das demonstrações financeiras apresentam-se os activos e passivos financeiros evidenciando o valor de balanço e o respectivo justo valor.

17. Mitigantes do risco de crédito

Adicionalmente a outras referências à gestão do risco de crédito, nas notas anexas às demonstrações financeiras são divulgados os derivados para gestão de risco e os activos e passivos a eles associados.

18. Informação sobre as exposições do Grupo

Não aplicável.

19. Movimentos nas exposições entre períodos

Não aplicável.

20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Não aplicável.

21. Exposição a seguradoras e qualidade dos activos segurados

Não aplicável.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO**22. Produtos estruturados**

Estas situações estão desenvolvidas nas políticas contabilísticas constantes das notas anexas às demonstrações financeiras.

23. Special Purpose Entities (SPE) e consolidação

As divulgações sobre estas entidades encontram-se referidas nas políticas contabilísticas e nas Notas 26 e 38 das demonstrações financeiras.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Veja-se ponto 16 do presente Anexo.

Nas políticas contabilísticas referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO**26. Descrição das políticas e princípios de divulgação**

A política de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira do Grupo visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles ditados pelas normas contabilísticas ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

Adicionalmente, procura alinhar as suas divulgações pelas melhores práticas do mercado atendendo, por um lado, à relação de custo/benefício na captação da informação relevante e, por outro, dos benefícios que a mesma poderia proporcionar aos diversos utilizadores.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

- 01 Balanço Consolidado
- 02 Demonstração dos Resultados Consolidados
- 03 Demonstração do Rendimento Integral Consolidado
- 04 Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado
- 05 Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados
- 06 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
- 72 Certificação Legal de Contas
- 74 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Banco Finantia

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

<i>milhares EUR</i>	Notas	2012	2011
Activo			
Caixa e bancos	12	27.290	16.047
Derivados de negociação	13	33.326	41.866
Aplicações em instituições de crédito	14	313.088	405.770
Carteira de títulos	15	1.407.108	1.260.431
Crédito a clientes	16	386.013	643.451
Propriedades de investimento		585	586
Outros activos tangíveis	18	14.644	15.235
Activos intangíveis	19	1.671	939
Activos por impostos correntes		1.298	769
Activos por impostos diferidos	21	17.465	29.122
Outros activos	20	56.720	107.464
		2.259.209	2.521.680
Passivo			
Recursos de bancos centrais	22	494.716	495.517
Derivados de negociação	13	89.799	93.726
Recursos de instituições de crédito	23	154.479	324.366
Recursos de clientes	24	487.526	269.149
Operações de venda com acordo de recompra ("repos")	25	389.134	393.397
Responsabilidades representadas por títulos	26	93.129	356.853
Derivados de cobertura	17	32.791	53.022
Passivos por impostos correntes		846	1.061
Passivos por impostos diferidos	21	343	150
Passivos subordinados	27	130.411	125.410
Outros passivos	28	13.932	71.904
		1.887.106	2.184.555
Capital próprio			
Capital	29	150.000	150.000
Prémios de emissão	29	25.000	25.000
Acções próprias	29	(6.590)	(6.386)
Reservas e resultados transitados	30	200.347	165.194
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco		3.126	3.131
Total de Capital próprio atribuível aos accionistas do Banco		371.883	336.939
Interesses que não controlam		220	186
Total de Capital próprio		372.103	337.125
Total de Passivo e Capital próprio		2.259.209	2.521.680

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Banco Finantia

Demonstração dos Resultados Consolidados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

<i>milhares EUR</i>	Notas	2012	2011
Juros e rendimentos similares	5	135.391	154.450
Juros e encargos similares	5	(67.873)	(69.722)
Margem Financeira		67.518	84.728
Rendimentos de serviços e comissões	6	14.812	21.009
Encargos com serviços e comissões	6	(1.670)	(2.867)
Resultados em operações financeiras	7	5.276	(37.865)
Outros resultados de exploração		(2.642)	(924)
Proveitos operacionais		83.294	64.081
Custos com pessoal	8	(11.146)	(13.788)
Gastos gerais administrativos	9	(12.607)	(13.851)
Depreciações e amortizações	18, 19	(1.309)	(1.286)
Custos operacionais		(25.062)	(28.925)
Resultados operacionais		58.232	35.156
Imparidade e provisões	10	(52.049)	(31.257)
Resultado antes de impostos		6.183	3.899
Impostos correntes	21	(1.888)	(1.984)
Impostos diferidos	21	(1.151)	1.221
Resultado líquido do exercício		3.144	3.136
Atribuível aos:			
Accionistas do Banco		3.126	3.131
Interesses que não controlam		18	5
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	11	143.547	143.935
Resultado por acção atribuível aos accionistas do Banco			
Básicos (em Euros)	11	0,02	0,02
Diluidos (em Euros)	11	0,02	0,02

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Banco Finantia

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

<i>milhares EUR</i>	Notas	2012	2011
Resultado líquido do exercício			
Atribuível aos accionistas do Banco		3.126	3.131
Atribuível aos interesses que não controlam		18	5
		3.144	3.136
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos			
Reservas de justo valor			
Activos financeiros disponíveis para venda	30	38.737	(15.447)
Cobertura de fluxos de caixa	30	4.504	7.296
Impostos diferidos	21	(10.699)	665
Cobertura do investimento líquido em moeda estrangeira	17	(712)	(7.631)
Diferenças de câmbio resultantes da consolidação		127	578
		31.957	(14.540)
Total do rendimento integral do exercício		35.101	(11.405)
Atribuível aos:			
Accionistas do Banco		35.067	(11.370)
Interesses que não controlam		34	(35)

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Banco Finantia

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

<i>milhares EUR</i>	Capital e Prémios de emissão	Ações próprias	Reservas e Resultados transitados	Total do Capital Próprio atrib. aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldos a 1 de Janeiro de 2011	175.000	(4.351)	178.367	349.017	221	349.238
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	-	-	3.131	3.131	5	3.136
Alterações da reserva de justo valor	-	-	(15.447)	(15.447)	-	(15.447)
Amortização da reserva de cobertura de fluxos de caixa	-	-	7.296	7.296	-	7.296
Cobertura do investimento líquido em moeda estrangeira	-	-	(7.631)	(7.631)	-	(7.631)
Impostos diferidos	-	-	665	665	-	665
Diferenças cambiais de consolidação	-	-	618	618	(40)	578
Total do rendimento integral do exercício	-	-	(11.370)	(11.370)	(35)	(11.405)
Variação de acções próprias	-	(2.035)	1.327	(708)	-	(708)
	-	(2.035)	1.327	(708)	-	(708)
Saldos a 31 de Dezembro de 2011	175.000	(6.386)	168.324	336.939	186	337.125
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	-	-	3.126	3.126	18	3.144
Alterações da reserva de justo valor	-	-	38.737	38.737	-	38.737
Amortização da reserva de cobertura de fluxos de caixa	-	-	4.504	4.504	-	4.504
Cobertura do investimento líquido em moeda estrangeira	-	-	(712)	(712)	-	(712)
Impostos diferidos	-	-	(10.699)	(10.699)	-	(10.699)
Diferenças cambiais de consolidação	-	-	111	111	16	127
Total do rendimento integral do exercício	-	-	35.067	35.067	34	35.101
Variação de acções próprias	-	(204)	82	(123)	-	(123)
	-	(204)	82	(123)	-	(123)
Saldos a 31 de Dezembro de 2012	175.000	(6.590)	203.473	371.883	220	372.103

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Banco Finantia

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

<i>milhares EUR</i>	Notas	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		127.184	142.723
Juros e custos pagos		(70.893)	(65.507)
Serviços e comissões recebidas		14.605	20.254
Serviços e comissões pagas		(1.666)	(2.876)
Recuperação de créditos previamente abatidos		1.152	422
Pagamentos de caixa a empregados e a fornecedores		(23.483)	(27.283)
		46.899	67.733
<i>Variação nos activos operacionais:</i>			
Depósitos em bancos centrais		(12.511)	(758)
Carteira de títulos		(75.128)	(89.262)
Aplicações em instituições de crédito		76.960	(14.577)
Crédito a clientes		242.529	141.469
Outros activos operacionais		(2.679)	8.413
<i>Variação nos passivos operacionais:</i>			
Instrumentos financeiros derivados		(40.985)	(3.948)
Recursos de bancos centrais		-	95.000
Recursos de instituições de crédito		(168.433)	(82.144)
Recursos de clientes		214.166	65.106
Operações de venda com acordo de recompra ("repos")		(3.416)	(49.008)
Outros passivos operacionais		(774)	(444)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		276.627	137.580
Impostos sobre os lucros		(2.631)	(654)
		273.996	136.926
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Compra de imobilizações	18, 19	(1.544)	(900)
Venda de imobilizações	18, 19	92	95
		(1.452)	(805)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aquisição de acções próprias	29	(122)	(708)
Emissão de obrigações		-	72.414
Reembolso de obrigações		(270.243)	(246.587)
Variação de passivos subordinados		(16.090)	-
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento		(286.455)	(174.881)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(2.527)	3.138
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(16.438)	(35.622)
Caixa e equivalentes no início do período	32	117.645	153.267
Caixa e equivalentes no fim do período	32	101.207	117.645
		(16.438)	(35.622)

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras

1. Bases de apresentação

O Banco Finantia, S.A. (“Banco”) e as suas subsidiárias (o “Grupo” ou “Grupo Banco Finantia”) tem por objecto principal a realização de todas as operações e a prestação de todos os serviços permitidos às Instituições Bancárias, tendo-se especializado nas actividades de mercado de capitais, mercado monetário, assessoria financeira (incluindo fusões e aquisições) e operações de crédito, e indirectamente, através das suas subsidiárias, em operações de locação financeira, gestão de participações sociais, administração de fundos, gestão de activos financeiros, *forfaiting*, aluguer de longa duração, serviços de mediação de seguros e Financiamento Especializado.

O Banco Finantia, S.A. é um banco privado com sede em Portugal, na Rua General Firmino Miguel, nº 5, em Lisboa, que resultou da transformação em Outubro de 1992 da Finantia - Sociedade de Investimentos, S.A., a qual havia iniciado a sua actividade em Julho de 1987. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através das suas filiais e subsidiárias internacionais.

As suas subsidiárias têm agências e/ou escritórios em Portugal, Espanha, Inglaterra, Brasil, Estados Unidos da América, Irlanda, Ilhas Cayman, Malta e Holanda. Em Janeiro de 2012, a Sucursal Financeira Exterior na Madeira foi dissolvida.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco agora apresentadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), tal como adoptadas na União Europeia. Estas demonstrações financeiras são consolidadas pela Finantipar - SGPS, S.A., com sede na Rua General Firmino Miguel, n.º 5, em Lisboa, Portugal.

No exercício de 2012, tal como descrito na Nota 3, o Grupo adoptou as alterações normativas publicadas pelo IASB e adoptadas na União Europeia com aplicação obrigatória neste exercício. Adicionalmente, o Grupo optou por não aplicar antecipadamente as normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas sem aplicação obrigatória em 2012.

Estas demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros (“m€”), excepto quando indicado, e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer a utilização de julgamentos e estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, encontram-se analisadas na Nota 4.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 8 de Março de 2013.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados do Banco Finantia, S.A. e das suas subsidiárias (o “Grupo” ou “Grupo Finantia”).

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções devidas o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Participações financeiras em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Participações financeiras em Entidades de finalidade especial (“SPE”)

O Grupo consolida pelo método integral as entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios, de acordo com a SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial.

Goodwill

O Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, os interesses minoritários correspondem à respectiva proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a correspondente parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Participações financeiras em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam ou a moeda na qual os fundos/recebimentos das suas actividades são gerados/retidos. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do Banco.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios: (i) os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço; (ii) os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas àquelas das datas das transacções; (iii) as diferenças cambiais são registadas em capitais próprios, até à alienação ou alienação parcial da empresa do Grupo desde que tal resulte na alteração da percentagem accionista na subsidiária e haja perda de controlo na mesma, altura em que são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Transacções com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam do qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam da qual que não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com alteração de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com alteração de controlo, que corresponda a um aumento nos interesses que não controlam, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Compras ou vendas de interesses que não controlam que não impliquem alteração de controlo sobre a subsidiária são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

2.2. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros, mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido

actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados de crédito, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados de crédito é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.3. Rendimentos de instrumentos de capital

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.4. Rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma: (i) os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído; (ii) os rendimentos de serviços e

comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem; (iii) os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.5. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros com base nas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

2.6. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito diluidor traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

O número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período e para todos os períodos apresentados é ajustado aos acontecimentos, que não sejam a conversão

de potenciais acções ordinárias, que tenham alterado o número de acções ordinárias em circulação sem a correspondente alteração nos recursos.

2.7. Crédito e outros valores a receber

O crédito e outros valores a receber inclui os créditos concedidos pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é disponibilizado ao cliente.

O crédito e outros valores a receber é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos à recuperação dos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito e outros valores a receber é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2012

carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito significativo evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera, entre outros, os seguintes factores:

- A exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- A existência de credores privilegiados;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- O envolvimento do cliente com o sector financeiro;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

Caso, para determinado crédito, não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade reconhecida. Caso estejamos perante um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual,

determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Adicionalmente, embora sem evidência objectiva de imparidade, é ainda avaliada a existência de imparidade para os créditos analisados em base colectiva, considerando a probabilidade de os créditos entrarem numa situação de incumprimento durante um período de emergência, período esse que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perda e o momento em que a existência desse evento é percebida.

Quando os activos financeiros do Grupo estão com imparidade por perdas de crédito, após terem sido tomadas todas as diligências de cobrança e recuperação dos créditos de acordo com as políticas do Grupo e quando as expectativas de recuperação desses créditos são muito reduzidas, os valores dos créditos considerados irre recuperáveis são desreconhecidos do balanço mediante a utilização das respectivas provisões para perdas por imparidade. Recuperações subsequentes de quantias anteriormente desreconhecidas são registadas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

2.8. Carteira de títulos

Os títulos em carteira são inicialmente mensurados ao justo valor adicionado, para aqueles que não ao justo valor através dos resultados, dos respectivos custos de transacção. Subsequentemente são mensurados de acordo com a respectiva classificação, como segue:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Estes activos são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo os respectivos custos de transacção reconhecidos directamente em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são mensurados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não foram

classificados como de negociação, designados ao justo valor através dos resultados, activos financeiros detidos até à maturidade ou como crédito e outros valores a receber.

Estes activos são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros disponíveis para venda são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo os respectivos custos de transacção. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

As respectivas variações destes activos são reconhecidas directamente nos capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de instrumentos não monetários, e em resultados, no caso de instrumentos monetários. Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das acções) são registados em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Caso o Grupo decida alienar um montante significativo de activos financeiros detidos até à maturidade, esta categoria deverá ser integralmente reclassificada para a de activos financeiros disponíveis para venda.

Estes investimentos são registados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo em cada data de balanço aferida a existência de evidência objectiva de imparidade. Quando existe evidência que um activo financeiro detido até à maturidade se encontra em imparidade, a perda correspondente é reconhecida em resultados através da utilização de uma rubrica de provisões. Se num período subsequente o montante de perda de imparidade reconhecido diminuir, e caso essa diminuição possa ser directamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento inicial da imparidade, a reversão do montante de imparidade reconhecido inicialmente é feita através da utilização da rubrica de provisões anteriormente constituída. O montante revertido é reconhecido em resultados.

Créditos e outros valores a receber

Esta categoria inclui activos financeiros não-derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo e que o Banco não tem intenção de vender imediatamente ou num prazo próximo.

Estes activos são inicialmente mensurados ao justo valor adicionados dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição e subsequentemente ao custo amortizado com base no método da taxa efectiva deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre

que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial (i) para instrumentos de dívida, dificuldades financeiras significativas por parte do emitente ou atraso no pagamento de capital e/ou juros, e (ii) para instrumentos de capital, uma descida significativa e continuada do justo valor do instrumento, abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em capitais próprios (reserva de reavaliação de justo valor), correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as perdas de imparidade não podem ser revertidas.

Reclassificações

Após o seu reconhecimento inicial os activos financeiros não podem ser reclassificados para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Um activo financeiro inicialmente reconhecido como ao justo valor através dos resultados pode ser reclassificado desta categoria caso se trate de um activo financeiro com pagamentos fixos ou determináveis, inicialmente detido para fins de negociação, que deixe de ser, após a sua aquisição, negociável num mercado activo e o Banco tiver a intenção e capacidade de o deter no futuro próximo ou até à maturidade, este activo financeiro pode ser reclassificado para a categoria de Crédito e outros valores a receber, desde que os critérios de elegibilidade desta categoria estejam cumpridos.

Os instrumentos financeiros derivados não devem ser reclassificados, retirando-se da

categoria de justo valor através dos resultados, enquanto estiverem detidos ou emitidos.

Um activo financeiro inicialmente reconhecido como disponível para venda pode ser reclassificado para a categoria de investimentos detidos até à maturidade desde que os respectivos critérios de elegibilidade estejam cumpridos.

Adicionalmente, se um activo financeiro com pagamentos fixos ou determináveis inicialmente reconhecido como disponível para venda deixar de ser negociável em mercado activo e o Banco tiver a intenção e a capacidade de o deter no futuro próximo ou até à sua maturidade, poderá ser reclassificado para a categoria de Crédito e outros valores a receber desde que os respectivos critérios de elegibilidade estejam cumpridos.

Os activos reclassificados são transferidos para a nova categoria ao seu justo valor na data da reclassificação e são posteriormente mensurados de acordo com as respectivas regras aplicáveis.

No caso de um activo financeiro reclassificado da categoria de ao justo valor através dos resultados, os ganhos ou perdas já reconhecidos em resultados não devem ser revertidos. O justo valor do activo financeiro à data da reclassificação tornar-se-á o seu novo custo ou custo amortizado, conforme aplicável. No caso de um activo financeiro reclassificado mediante retirada da categoria de activos disponíveis para venda, qualquer ganho ou perda anterior que tenha sido reconhecido deve ser amortizado em resultados durante a vida remanescente do investimento detido até à maturidade usando o método do juro efectivo.

2.9. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor de um instrumento financeiro é o montante pelo qual um instrumento pode ser trocado numa transacção normal de mercado entre partes conhecedoras e dispostas a isso, sem qualquer intenção ou necessidade de liquidar, ou de empreender uma transacção em condições adversas.

O justo valor é obtido com base em preços de cotação em mercado ou em preços de intermediários financeiros em mercados activos, quando disponíveis. Na sua ausência, o justo valor é baseado na utilização de preços de transacções recentes realizadas em condições de mercado ou, na sua ausência, usando técnicas de valorização. Estas técnicas de valorização incluem fluxos futuros de caixa descontados considerando dados observáveis de mercado disponíveis.

2.10. Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Operações de reporte

Títulos vendidos com acordo de recompra (“*repos*”) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (“*reverse repos*”) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística

referida na Nota 2.8. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

Os títulos recebidos ou dados em garantia nas operações de compra com acordo de revenda (“*reverse repos*”) e nas operações de venda com acordo de recompra (“*repos*”) são reconhecidos nas rubricas extrapatrimoniais.

2.12. Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor na data de contratação da operação.

Subsequentemente, as responsabilidades representadas por garantias são mensuradas pelo maior valor entre o valor inicial deduzido de amortizações, calculadas de modo a reconhecer em resultados as comissões recebidas ao longo do período, e a melhor estimativa do custo que seria incorrido para cumprimento de responsabilidade por uma garantia prestada à data de balanço. O aumento de uma responsabilidade por garantia prestada é reconhecido em resultados.

No momento do desreconhecimento da garantia, qualquer responsabilidade ainda existente deverá ser reconhecida em resultados.

2.13. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado

tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da eficácia da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente eficaz, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa a respectiva ocorrência deve ser altamente provável;
- (v) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como tendo sido altamente eficaz durante todo o período de relato financeiro para o qual a cobertura foi designada.

- *Cobertura de justo valor (“fair value hedge”)*

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (“*fair value hedge*”), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos coberto atribuíveis ao risco coberto.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura ou a entidade revoga a designação, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e os activos e passivos cobertos deixam de ser ajustados pelas variações do seu justo valor. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento mensurado ao custo amortizado, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva e reflectido em resultados de operações financeiras.

- *Cobertura de justo valor associada a uma carteira de activos financeiros (“Portfolio fair value hedge”)*

Nesta relação de cobertura são utilizados derivados de taxa de juro para a cobertura do risco estrutural do risco de taxa de juro inerente à actividade do Financiamento Especializado. Na contabilização destas transacções o Grupo aplica o “carve-out” do IAS 39 conforme adoptado pela União Europeia, o qual facilita:

- a aplicação da contabilidade de cobertura a “macro hedges” utilizados na gestão de activos e passivos;
- os testes de eficácia requeridos pelo IAS 39 conforme adoptado pela EU.

O tratamento contabilístico dos derivados designados de cobertura de uma carteira de activos financeiros é semelhante aquele utilizado para as coberturas de justo valor.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura ou a entidade revoga a designação, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e os activos e passivos cobertos deixam de ser ajustados pelas variações do seu justo valor. O ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da linear e reflectido em resultados de operações financeiras.

- *Cobertura de fluxos de caixa (“cash flow hedge”)*

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (“cash flow hedge”), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura ou a entidade revoga a designação, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são aí mantidas até ao momento do seu reconhecimento em resultados (na rubrica de resultados de operações financeiras), o qual coincide com o momento em que a operação coberta também afecta resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o derivado de cobertura é reclassificado para a carteira de negociação.

- *Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira (“net investment hedge”)*

Quando um derivado (ou um passivo financeiro não derivado) é designado como instrumento de cobertura na cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, a parte eficaz da variação de justo valor é reconhecida directamente no capital próprio, nas reservas cambiais (outro rendimento integral).

Qualquer parte não eficaz nesta relação é reconhecida em resultados. O ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura relacionado com a parte eficaz da cobertura que tenha sido reconhecida em outro rendimento integral (reservas cambiais) é reclassificado do capital próprio para os resultados como ajustamento de reclassificação na alienação ou alienação parcial da unidade operacional

estrangeira desde que tal resulte na alteração da percentagem accionista na subsidiária e haja perda de controlo na mesma.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.14. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes detidos para venda são mensurados ao menor de entre o seu valor líquido de balanço do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor deduzido dos custos de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados.

O Grupo obtém, para estes activos, avaliações regulares efectuadas por peritos.

2.15. Activos tangíveis e propriedades de investimento

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade, se existentes. Despesas directamente atribuíveis à aquisição de bens, ou custos subsequentes, são deduzidos ao valor de balanço ou registados como um activo em separado, conforme seja apropriado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as restantes despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

Imóveis:	50 anos
Mobiliário e máquinas:	5 a 10 anos
Equipamento informático:	3 a 4 anos
Instalações interiores:	10 anos
Viaturas:	3 a 4 anos
Outras imobilizações:	4 a 10 anos

Os terrenos não são amortizados.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os imóveis designados como propriedades de investimento são imóveis detidos pelo Grupo e que se encontram arrendados. Os métodos de valorização e amortização são equivalentes aos referidos para os activos tangíveis.

2.16. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, que no geral corresponde a um período de 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento pelo Grupo de aplicações informáticas, em que seja expectável a geração de benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos.

As despesas com a manutenção de aplicações informáticas são reconhecidas como custos quando incorridas.

2.17. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- *Como locatário*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- *Como locador*

Os activos detidos no âmbito dos contratos de locação financeira são reconhecidos no balanço e apresentados como créditos concedidos (capital em locação financeira) pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os pagamentos a receber da locação (rendas) incluem (i) os juros, que são registados como um proveito, e (ii) as amortizações de capital, que são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.18. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

De acordo com a IAS 39, os passivos financeiros derivados e as vendas a descoberto são classificados como detidos para negociação sendo, como tal, reconhecidos ao justo valor em balanço. Os ganhos e perdas resultantes da variação do justo valor destes instrumentos são reconhecidos directamente em resultados do exercício.

À excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados, os restantes passivos financeiros não derivados, os quais incluem operações com acordo de recompra (ver Nota 2.11), recursos de instituições de crédito, recursos de clientes, e responsabilidades representadas por títulos, são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Os passivos financeiros são designados ao justo valor através dos resultados sempre que esta designação elimine ou reduza significativamente inconsistências, quanto à sua valorização ou reconhecimento, que de outro modo resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases, e quando assim são designados pela gestão, ou quando são avaliados e geridos internamente ao justo valor e a informação de gestão é produzida para a gestão nessa base.

A designação ao justo valor uma vez efectuada é irrevogável. Estes passivos são inicialmente designados ao justo valor, sendo os custos de transacção incorridos reconhecidos directamente nos resultados.

Subsequentemente, os ganhos e as perdas resultantes das variações do justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor são reconhecidos em resultados. O montante das variações de justo valor atribuíveis a variações no seu risco de crédito é determinado como o montante da variação no justo valor que não é atribuível a alterações das condições de mercado.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.19. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.20. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos, quando declarados.

2.21. Acções próprias

As acções próprias são registadas como uma dedução ao capital próprio pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos valias realizadas na venda de acções próprias, bem como os respectivos impostos, são reconhecidas directamente no capital próprio não afectando o resultado do exercício.

2.22. Benefícios aos empregados

O Grupo encontra-se sujeito ao Regime Geral da Segurança Social em Portugal, ou a regimes equivalentes nas suas subsidiárias no estrangeiro, não tendo quaisquer responsabilidades pelo pagamento de pensões ou complementos de pensões de reforma aos seus colaboradores.

2.23. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2012

activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos não são reconhecidos para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimento em empresas filiais e associadas, na medida em que provavelmente não serão revertidos no futuro.

2.24. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais e depósitos de colateral.

2.25. Reporte por segmentos

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

3. Normas contabilísticas e Interpretações recentemente emitidas

O Grupo adoptou as normas contabilísticas que foram adoptadas pela União Europeia e são de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2012. As normas contabilísticas, emendas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, não foram adoptadas antecipadamente pelo Grupo. O Grupo irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória, encontrando-se a avaliar o impacto da adopção das mesmas.

Descrição	Alteração	Data efectiva
Normas efectivas em 2012		
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações	Transferência de activos	-
Normas efectivas na UE após 1 Julho de 2012		
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras	Apresentação de Outro rendimento integral	01.07.2012
IAS 12 – Impostos	Imposto diferido	01.01.2013
IAS 19 – Benefícios aos empregados	Benefícios definidos	01.01.2013
IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das IFRS	Hiperinflacionárias e retiradas datas fixas	01.01.2013
IFRS 13 – Justo valor	Nova norma	01.01.2013
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgação	Apresentação da compensação	01.01.2013
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	Nova norma	01.01.2014
IFRS 11 – Acordos conjuntos	Nova norma	01.01.2014
IFRS 12 – Divulgação de interesses em entidades	Nova norma	01.01.2014
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas	Consolidação retirada do âmbito	01.01.2014
IAS 28 – Investimentos em associadas e empr. conjuntos	Aplicação a empreendimentos conjuntos	01.01.2014
IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação	Compensação de activos e passivos	01.01.2014
Normas efectivas após 1 Julho de 2012 não endossadas pela UE		
IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das IFRS	Empréstimos bonificados	01.01.2013
Melhorias às normas 2009 – 2011	Clarificações	01.01.2013
Alterações IFRS 10, 11 e 12	Regime transição	01.01.2013
Alterações IFRS 10, 11 e 12	Isenção aplicação a SGPS	01.01.2014
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Fase 1 – classificação e mensuração	01.01.2015
Interpretações efectivas na UE após 1 de Julho de 2012		
IFRIC 20 – Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto	Nova interpretação	01.01.2013

4. Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas e julgamentos utilizados pelo Grupo na aplicação dos princípios contabilísticos são apresentados nesta nota, com o objectivo de melhorar o entendimento da sua aplicação e da forma como esta afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as suas escolhas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

A análise efectuada de seguida é apresentada apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade da carteira de títulos

O Grupo determina que existe imparidade nos seus títulos quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou com base numa análise individual tendo em consideração indicadores de imparidade relevantes. Esta determinação requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos títulos e as actuais condições de mercado.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de valorização, os quais requerem a utilização de pressupostos ou julgamentos na definição de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor baseia-se em cotações de mercado ou, na ausência destas, em preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e em metodologias de avaliação, que têm subjacente técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias, pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderá originar resultados financeiros diferentes dos reportados.

Especificamente para a carteira de derivados de crédito, em concreto os *Credit Default Swaps - Single Names*, e para os exercícios terminados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Grupo utilizou um modelo de valorização baseado em *inputs* observáveis no mercado, derivados de instrumentos similares em mercados activos e similares, ajustados de forma a reflectir as actuais condições de mercado, o qual inclui um ajustamento pelo prémio de liquidez verificado neste mercado.

O Grupo calibra este modelo de valorização com base em informação e transacções de mercado e revê os pressupostos do modelo de forma regular. Não existe um *standard* de mercado único para modelos de valorização nesta área e estes modelos têm limitações inerentes. Adicionalmente, pressupostos e *inputs* diferentes gerariam resultados diferentes. O redimensionamento dos *spreads* do modelo 10% para cima, em linha com pressupostos menos favoráveis, reduziria o justo valor em aproximadamente € 1.7 milhões (2011: € 2,2 milhões), enquanto que o redimensionamento 10% para baixo, em linha com pressupostos mais favoráveis, aumentaria o justo valor em aproximadamente € 1.8 milhões (2011: € 2,7 milhões). Um estreitamento de 10% no ajustamento do prémio de liquidez implicaria uma redução no justo valor destes instrumentos financeiros de € 1.0 milhões (2011: € 2,6 milhões), enquanto que um alargamento de 10% implicaria que o mesmo aumentasse aproximadamente € 1,0 milhões (2011: € 3,1 milhões).

A carteira de derivados de crédito apresenta ainda outros derivados mensurados por um modelo de fluxos de caixa descontados que incorpora, entre outros elementos, as expectativas de perda à data de referência dos activos subjacentes. O aumento de 10% nas probabilidades de incumprimento no modelo, em linha com pressupostos menos favoráveis e considerando diferentes níveis de correlação, diminuiria o justo valor em aproximadamente m€ 692 (2011: m€ 116), enquanto que a diminuição de 10% nas probabilidades de incumprimento no modelo, em linha com pressupostos mais favoráveis e considerando diferentes níveis de correlação,

aumentaria o justo valor em aproximadamente m€ 636 (2011: m€ 63).

Perdas por imparidade no crédito a clientes e em outros activos

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito a clientes e de outros activos de forma a avaliar a existência de imparidade.

O processo de avaliação de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Impostos sobre lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Adicionalmente é de referir que a reversão de diferenças temporárias dedutíveis resulta em deduções na determinação de lucros tributáveis de períodos futuros. Contudo, os benefícios económicos na forma de reduções nos pagamentos de impostos fluirão para a entidade somente se ela obtiver lucros tributáveis suficientes contra os quais as deduções possam ser compensadas. Nesta base, o Grupo reconhece activos por impostos diferidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. As Autoridades Fiscais portuguesas têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias sedeadas em Portugal, durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Securitizações e consolidação de Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo recorre à constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

O Grupo não consolida os SPE's sobre os quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se detém poderes de tomada de decisão nesse SPE.

A decisão sobre a consolidação de um SPE por parte do Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria dos benefícios e riscos. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente com impacto directo nos seus resultados.

Activos financeiros detidos até à maturidade

De acordo com o IAS 39 o Grupo classifica determinados activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas como

detidos até à maturidade. Esta classificação requer um julgamento significativo. Ao fazer este julgamento, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter esses investimentos até à sua maturidade. Caso o Grupo não detenha esses investimentos até à sua maturidade para além das circunstâncias específicas previstas, como o seja a venda de um valor insignificante perto da data da sua maturidade, o Grupo deve reclassificar a totalidade dos activos nesta categoria para a categoria de disponível para venda. Nesta base, estes investimentos seriam mensurados ao seu justo valor ao invés do custo amortizado.

5. Margem financeira

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Juros e rendimentos similares		
Juros da carteira de títulos	74.824	68.546
Juros de crédito a clientes	33.966	54.130
Juros de derivados de negociação	20.698	21.535
Juros de aplicações em instituições de crédito	2.914	6.331
Comissões de origemação associadas ao Financiamento Especializado	1.498	2.625
Outros juros e proveitos similares	1.491	1.283
	135.391	154.450
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de clientes	(20.329)	(9.975)
Juros de derivados de cobertura	(12.242)	(9.542)
Juros de recursos de instituições de crédito e bancos centrais	(11.571)	(16.184)
Juros de operações de venda com acordo de recompra ("repos")	(9.722)	(8.780)
Juros de débitos representados por títulos	(5.094)	(12.393)
Juros de passivos subordinados	(4.648)	(5.387)
Juros de derivados de negociação	(459)	(544)
Comissões de origemação associadas ao Financiamento Especializado	(3.534)	(6.317)
Outros juros e custos similares	(274)	(600)
	(67.873)	(69.722)
	67.518	84.728

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante de juros e encargos similares relativo aos passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados é de m€ 3.967 (2011: m€ 6.301).

6. Resultados de serviços e comissões

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Rendimentos de serviços e comissões		
Rendimentos da actividade de Financiamento Especializado	13.717	16.510
Rendimentos da actividade bancária	1.095	4.499
	14.812	21.009
Encargos de serviços e comissões		
Encargos da actividade de Financiamento Especializado	(647)	(1.483)
Por serviços bancários prestados por terceiros	(1.023)	(1.384)
	(1.670)	(2.867)
	13.142	18.142

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica rendimento da actividade de Financiamento Especializado inclui o montante de m€ 2.914 (2011: m€ 4.108) referente a comissões de intermediação de seguros.

7. Resultados em operações financeiras

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	(22.184)	(27.073)
Activos financeiros disponíveis para venda	70.104	(1.156)
Outros activos financeiros	9.929	3.568
Resultados em operações cambiais	526	6.863
Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados	(31.345)	2.220
Amortização de coberturas descontinuadas (ver Nota 17)	(22.090)	(23.790)
Ineficácia nas coberturas (ver Nota 17)	336	1.503
	5.276	(37.865)

Os resultados líquidos dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados incluem: (i) o efeito das compras e vendas e das variações do justo valor dos instrumentos de dívida e capital e (ii) os resultados dos instrumentos financeiros derivados.

No resultado líquido dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados está incluído o montante negativo de m€ 25.960 (2011: negativo de m€ 29.604), relativo a operações com derivados de taxa de juro e derivados associados a eventos de crédito.

A rubrica de outros activos financeiros inclui o efeito das vendas de instrumentos de dívida da carteira de títulos classificada como Créditos e outros valores a receber e a amortização da reserva de justo valor dos activos financeiros reclassificados (ver Nota 30) e também ganhos realizados com a recompra de emissões próprias.

O resultado líquido dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados refere-se à variação de valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados (ver Notas 26 e 27).

8. Custos com pessoal

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Remunerações	8.978	10.544
Encargos sociais obrigatórios	1.791	2.099
Outros encargos	377	1.145
	11.146	13.788

O valor das remunerações, incluindo os respectivos encargos, atribuídas aos órgãos de gestão e fiscalização do Grupo, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foi de m€ 1.148 e m€ 1.523, respectivamente.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

O número de colaboradores por categorias pode ser analisado como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Quadros superiores	111	116
Quadros médios	78	81
Outros quadros	76	93
	265	290

9. Gastos gerais administrativos

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Serviços especializados	7.067	6.692
Serviços de manutenção	1.252	1.650
Serviços de cobrança externa	1.207	1.638
Comunicações	924	1.282
Rendas e alugueres	682	850
Deslocações e estadas	507	718
Outros gastos	968	1.021
	12.607	13.851

10. Imparidade e provisões

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Imparidade do crédito e da carteira de títulos, líquida (ver Notas 15 e 16)	(58.929)	(28.334)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (ver Notas 14)	(513)	-
Imparidade de outros activos, líquida de reversões (ver Nota 20)	7.393	(2.923)
	(52.049)	(31.257)

A rubrica imparidade do crédito e da carteira de títulos, líquida de reversões, inclui o montante de m€ 50.444 (2011: m€ 34.485) relativo à imparidade da carteira de títulos (ver Nota 15) do qual o valor de m€ 2.660 foi reclassificado da reserva de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda (ver Nota 30). Durante o exercício de 2012, o total de juros de activos financeiros com imparidade reconhecido em resultados é de m€ 781 (2011: m€ 2.906).

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica Imparidade de outros activos, líquida de reversões inclui o montante de m€ 756 (2011: m€ 750) referente a comissões de assessoria financeira.

11. Resultados por acção

Resultados por acção básicos

<i>milhares EUR, excepto número de acções</i>	31.12.2012	31.12.2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	3.126	3.131
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	143.547	143.935
Resultados por acção básicos (em euros)	0,02	0,02
Número de acções em circulação no final do ano (milhares)	143.410	143.614

Conforme referido na Nota 29, em Agosto de 2011 o capital social do Banco aumentou para € 150 milhões por incorporação de reservas, mediante a emissão de trinta e cinco milhões de acções ordinárias, na proporção de sete novas acções para cada vinte e três existentes anteriormente.

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, na medida em que o Grupo não tem potenciais acções ordinárias com efeito diluidor em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

12. Caixa e bancos

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	56	130
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	16.514	3.525
Banco de Espanha	1.776	2.254
	18.290	5.779
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	3.530	1.347
Cheques a cobrar	682	601
Outros depósitos	75	77
	4.287	2.025
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	4.657	8.113
	27.290	16.047

Os depósitos à ordem em bancos centrais incluem o montante de m€ 3.090 (2011:m€ 2.590) que visa satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de caixa.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Estes depósitos são remunerados à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) obtidas durante o período de manutenção considerado. Essas taxas mantiveram-se em 2012 entre 1.00% e 0.75% (2011: mantiveram-se entre 1,50% e 1,00%).

13. Derivados

O Grupo realiza operações com instrumentos financeiros derivados com a finalidade de cobrir e gerir os riscos financeiros inerentes à sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes ou cobrindo posições de natureza estrutural (ver Nota 17).

O justo valor e o valor nocional dos derivados em carteira são apresentados no quadro seguinte:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012			31.12.2011		
	Valor nocional	Justo Valor		Valor nocional	Justo Valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
<u>Derivados de negociação</u>						
<i>Swaps</i> cambiais	197.515	3.952	11	324.441	160	18.855
<i>Swaps</i> associados a eventos de crédito	759.319	24.397	46.348	829.206	33.638	38.737
<i>Swaps</i> de taxa de juro	702.719	4.977	43.440	1.088.594	8.068	36.134
	<u>1.659.553</u>	<u>33.326</u>	<u>89.799</u>	<u>2.242.241</u>	<u>41.866</u>	<u>93.726</u>
<u>Derivados de cobertura</u>						
<i>Swaps</i> de taxa de juro	207.113	-	32.791	388.395	-	53.022
	<u>1.866.666</u>	<u>33.326</u>	<u>122.590</u>	<u>2.630.636</u>	<u>41.866</u>	<u>146.748</u>

Swap cambial, que representa um contrato realizado entre duas partes e que consiste na troca de moedas a uma taxa de câmbio a prazo. É um acordo de troca de fluxos de caixa, em que uma das partes concorda em pagar juros sobre o principal de uma moeda, em troca do recebimento de juros sobre o principal noutra moeda. No final da operação, o principal na moeda estrangeira é pago e o principal na moeda nacional é recebido. A sua finalidade é a cobertura e gestão do risco cambial inerente aos recebimentos e pagamentos em moeda estrangeira, através da eliminação da incerteza quanto ao valor futuro de determinada taxa de câmbio.

Swap associado a eventos de crédito, que consiste num contrato através do qual é possível investir ou efectuar cobertura de risco de crédito de um dado emitente. O Grupo assume a posição vendedora de protecção de crédito, recebendo uma taxa de juro em troca de um pagamento condicionado a um evento de crédito. Caso o evento ocorra, o vendedor de protecção de crédito paga ao comprador o valor de referência acordado para cobrir a perda de crédito.

Swap de taxa de juro, que em termos conceptuais pode ser perspectivado como um acordo pelo qual duas partes se obrigam a trocar um diferencial de taxas de juro, sobre um montante nominal durante um determinado período de tempo. Envolve uma única moeda e consiste na troca de fluxos de caixa fixos por variáveis ou vice-versa. A sua finalidade é a cobertura e gestão do risco de taxa de juro, relativamente ao rendimento de uma aplicação financeira ou ao custo de um financiamento que uma determinada entidade pretende realizar num determinado momento futuro.

14. Aplicações em instituições de crédito

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Aplicações bancárias	219.603	295.367
Depósitos	56.225	51.662
<i>Reverse repos</i>	35.984	55.673
<i>Forfaiting</i>	1.256	2.999
Juros a receber	20	69
	313.088	405.770

A rubrica aplicações bancárias inclui os depósitos de colateral relativos a operações de venda com acordo de recompra, swaps associados a eventos de crédito, de taxa de juro e cambiais no valor de m€ 177.971 (2011: m€ 248.002). Adicionalmente, na rubrica de outros créditos da Nota 16, também se encontram considerados m€ - (2011: m€ 7.018) de depósitos de colateral com as mesmas características.

Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica de *Forfaiting* encontra-se líquida de perdas por imparidade no montante de m€ 504 (2011: m€ -).

O movimento das perdas por imparidade analisa-se como segue:

<i>milhares EUR</i>	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Dotações líquidas de reversões (ver Nota 10)	513	-
Variações cambiais	(9)	-
Saldo em 31 de Dezembro	504	-

15. Carteira de títulos

A carteira de títulos encontra-se classificada nas seguintes categorias:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Créditos e outros valores a receber	441.643	771.880
Activos financeiros disponíveis para venda	960.693	308.921
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	179.630
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	4.772	-
	1.407.108	1.260.431

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Créditos e outros valores a receber

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos de dívida		
Títulos de dívida pública nacional	-	102
Títulos de dívida pública estrangeira	76.860	77.613
Outros títulos de emissores nacionais	60.008	126.192
Outros títulos de emissores estrangeiros	332.099	582.310
	468.967	786.217
Imparidade para créditos e outros valores a receber		
Outros títulos de emissores estrangeiros	(67.656)	(73.235)
	(67.656)	(73.235)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura (ver Nota 17)	40.332	58.898
	441.643	771.880

Durante o exercício de 2012, o valor de juros reconhecido em resultados respeitante à carteira de créditos e outros valores a receber ascendeu a m€ 30.161 (2011: m€ 36.876).

O movimento da imparidade para esta carteira pode ser analisado da seguinte forma:

<i>milhares EUR</i>	2012	2011
Saldo a 1 Janeiro	73.235	93.136
Dotações líquidas de reversões (ver Nota 10)	45.986	33.182
Variação cambial	(1.037)	3.654
Utilizações	(50.529)	(56.737)
Saldo a 31 Dezembro	67.656	73.235

Os instrumentos de dívida renegociados que caso contrário se encontrariam com atrasos ou com imparidade totalizam em 31 de Dezembro de 2012 m€ 10.939 (2011: m€ 10.542).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Activos financeiros disponíveis para venda

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos de dívida		
Títulos de dívida pública nacional	325.311	38.195
Títulos de dívida pública estrangeira	336.678	67.251
Outros títulos de emissores nacionais	88.261	115.666
Outros títulos de emissores estrangeiros	204.051	75.915
	954.301	297.027
Instrumentos de capital		
Acções	8.099	12.328
	8.099	12.328
Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de capital	(1.707)	(434)
	(1.707)	(434)
	960.693	308.921

O movimento da imparidade para esta carteira pode ser analisado da seguinte forma:

<i>milhares EUR</i>	2012	2011
Saldo a 1 Janeiro	434	-
Dotações líquidas de reversões (ver Nota 10)	1.798	1.303
Variação cambial	(56)	-
Utilizações	(469)	(869)
Saldo a 31 Dezembro	1.707	434

Durante 2012, o valor de juros reconhecido em resultados respeitante à carteira de títulos classificada como activos financeiros disponíveis para venda ascendeu a m€ 40.137 (2011: m€ 24.806).

O Grupo em 2012 reconheceu perdas por imparidade relativamente a activos financeiros disponíveis para venda no montante de m€ 4.458 (2011: m€ 1.303) (ver Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica instrumentos de capital inclui o montante de m€ 1.439 relativo a instrumentos mensurados ao custo (2011: m€ 3.055).

Durante o ano de 2012, decorrente de alienações, o Grupo transferiu de reservas de justo valor para resultados o montante de m€ 70.104 (2011: m€ (1.156)).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Activos financeiros detidos até à maturidade

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos de dívida		
Títulos de dívida pública nacional	-	178,016
Outros títulos de emissores nacionais	-	1,614
	<u>-</u>	<u>179,630</u>

Durante o exercício de 2012, o valor de juros reconhecido em resultados respeitante à carteira de activos financeiros detidos até à maturidade ascendeu a m€ 4.261 (2011: m€ 6.794).

No decurso do segundo semestre de 2012 o Grupo decidiu alienar uma parte significativa da carteira de investimentos detidos até à maturidade. Essa decisão, de acordo com o previsto no IAS 39, originou a contaminação da restante carteira de investimentos detidos até à maturidade que foi consequentemente transferida para a carteira activos financeiros disponíveis para venda e mensurada ao justo valor.

Os efeitos desta reclassificação à data da transferência, podem ser analisados como segue:

Activos financeiros detidos até à maturidade				Activos financeiros disponíveis para venda			
Valor de aquisição	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
90.947	-	-	90.947	90.947	2.709	-	93.656

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos de dívida		
Títulos de dívida pública nacional	1.113	-
Outros títulos de emissores nacionais	2.149	-
Outros títulos de emissores estrangeiros	1.510	-
	<u>4.772</u>	<u>-</u>

Durante o exercício de 2012, o valor de juros reconhecido em resultados respeitante à carteira de activos financeiros ao justo valor através dos resultados ascendeu a m€ 265 (2011: m€ 70).

Em 31 de Dezembro de 2012, a carteira de títulos com indícios de imparidade ascendia a m€ 97.040 (2011: m€ 153.330).

16. Crédito a clientes

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Financiamento Especializado		
Financiamento de vendas a crédito	258.695	399.401
Capital em locação financeira	52.357	86.490
	311.052	485.891
Imparidade do Financiamento Especializado	(14.209)	(20.234)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura (ver Nota 17)	11.535	14.597
	308.378	480.254
Financiamento Especializado, líquido		
Outros créditos	78.793	166.578
Imparidade de outros créditos	(1.158)	(3.381)
	77.635	163.197
Outros créditos, líquido		
	386.013	643.451

O valor de crédito a clientes inclui créditos securitizados detidos por veículos securitizadores constituídos no âmbito das operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.1., são consolidados pelo Grupo. Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Nota 26).

Os montantes brutos dos créditos securitizados decompõem-se da seguinte forma:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Financiamento de vendas a crédito	194.651	317.954
Capital em locação financeira	37.930	67.166
	232.581	385.120

O saldo da rubrica de financiamento especializado é analisado como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Crédito sem atrasos	192.328	320.560
Crédito com atrasos até 90 dias	53.386	86.765
Crédito com atrasos superiores a 90 dias	76.873	93.163
	322.587	500.488
Imparidade do crédito a clientes	(14.209)	(20.234)
	308.378	480.254

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

O montante bruto dos créditos a clientes com atrasos até 90 dias apresenta o seguinte detalhe:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Crédito com atrasos até 30 dias	37.427	62.143
Crédito com atrasos entre 30 e 60 dias	10.960	16.406
Crédito com atrasos entre 60 e 90 dias	4.999	8.216
	53.386	86.765

O justo valor do colateral associado ao financiamento especializado com atrasos inferiores a três meses acima referido ascende a m€ 49.787 e m€ 67.392 em 2012 e 2011, respectivamente.

O financiamento especializado com atrasos superiores a 90 dias pode ser analisado como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Crédito vencido a mais de 90 dias	66.116	76.422
Crédito vincendo associado	10.757	16.741
	76.873	93.163

Adicionalmente à imparidade do crédito a clientes atrás referida, o justo valor dos colaterais associados ao crédito com imparidade ascende a m€ 26.163 e a m€ 43.974 em 2012 e 2011 respectivamente.

O justo valor do colateral é determinado com base em técnicas de valorização vulgarmente utilizadas para a valorização dos respectivos activos (sobretudo veículos automóveis). Em períodos subsequentes, o justo valor é actualizado com base no preço de mercado ou índices de activos semelhantes.

O valor bruto de financiamento especializado a clientes com imparidade numa base individual (de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.7) e o justo valor dos respectivos activos detidos como colateral ascende em 31 de Dezembro de 2012 a m€ 599 e m€ -, respectivamente (2011: m€ 716 e € -).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

O saldo da rubrica imparidade do crédito a clientes por produto e os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são analisados como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Financiamento de vendas a crédito	13.015	18.481
Capital em locação financeira	1.194	1.753
Outros créditos sobre clientes	1.158	3.381
	15.367	23.615
Saldo em 1 de Janeiro	23.615	35.387
Dotações líquidas de reversões (ver Nota 10)	8.485	(6.152)
Variação cambial	(38)	(93)
Utilizações	(16.695)	(5.527)
Saldo em 31 de Dezembro	15.367	23.615

Durante o exercício de 2012 o Grupo recuperou m€ 1.152 (2011: m€ 422) relativo a créditos previamente abatidos ao activo, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7.

Em 31 de Dezembro de 2012, os contratos renegociados que caso contrário se encontrariam com atrasos ou com imparidade totalizam m€ 1.874 (2011: m€ 437).

A rubrica de capital em locação financeira corresponde às rendas de locação financeira a receber, deduzidas dos juros futuros respectivos e acrescidas do valor residual dos bens locados, conforme aplicável, como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Rendas e valores residuais		
Até um ano	5.728	7.218
De um a cinco anos	41.986	70.682
Mais cinco anos	9.752	18.806
Juros		
Até um ano	(138)	(156)
De um a cinco anos	(4.350)	(7.971)
Mais cinco anos	(621)	(2.089)
Capital		
Até um ano	5.590	7.062
De um a cinco anos	37.636	62.711
Mais cinco anos	9.131	16.717
	52.357	86.490

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

A análise do crédito a clientes por prazos residuais de maturidade, em 31 de Dezembro de 2012, pode ser analisada como segue:

<i>milhares EUR</i>	Até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos	Total
Financiamento de vendas a crédito	3.377	15.337	188.227	51.755	258.695
Capital em locação financeira	979	4.611	37.636	9.130	52.357
Outros créditos	27.203	1.626	43.491	6.472	78.793
	31.559	21.574	269.354	67.357	389.845

Em 31 de Dezembro de 2011:

<i>milhares EUR</i>	Até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos	Total
Financiamento de vendas a crédito	7.322	18.195	240.688	133.196	399.401
Capital em locação financeira	1.518	5.544	62.711	16.717	86.490
Outros créditos	88.143	25.925	45.915	6.596	166.578
	96.983	49.664	349.314	156.509	652.469

17. Derivados de cobertura

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar a cobertura do risco de taxa de juro inerente aos fluxos de caixa e justo valor dos seus activos e passivos. O tratamento contabilístico das operações de cobertura varia de acordo com a natureza do instrumento coberto e da sua elegibilidade para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com o previsto na Nota 2.13. Quando as relações de cobertura contabilísticas são descontinuadas, não obstante se mantenham numa óptica financeira, os respectivos instrumentos de cobertura são reclassificados para a rubrica de derivados de negociação. Os valores nominais e de balanço dos derivados de cobertura em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são apresentados na Nota 13.

Cobertura de justo valor do risco de taxa de juro – títulos de rendimento fixo

Estas coberturas de justo valor consistem na contratação de derivados de taxa de juro que são utilizados para prevenir variações no justo valor de instrumentos de dívida de taxa fixa relacionadas com alterações da taxa de juro de mercado, tendo como objectivo prevenir a exposição a variações da taxa de juro do mercado.

Para os títulos classificados na carteira de “créditos e outros valores a receber” o valor acumulado das correcções de valor dos activos objecto de cobertura em 31 de Dezembro de 2012 ascende a m€ 40.332 (2011: m€ 58.898) (ver Nota 15). No exercício de 2012 o Grupo reconheceu em resultados o montante de m€ (262) (2011: m€ 14.572) relativo à variação de justo valor dos instrumentos cobertos no exercício e o montante de m€ 12.773 (2011: m€ 11.889) relativo ao custo da amortização das relações descontinuadas.

Adicionalmente, e para os títulos classificados na carteira de “activos financeiros disponíveis para venda”, reconheceram-se no exercício de 2012 perdas em instrumentos de cobertura no montante de

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

m€ 984 (2011: m€ 3.542) e ganhos nos respectivos itens cobertos de m€ 1.112 (2011: m€ 3.947). Estes ganhos nos itens cobertos atribuíveis ao risco coberto são reclassificados da reserva de justo valor dos títulos para resultados do exercício. Quando os activos cobertos são desreconhecidos, o respectivo valor em reservas de justo valor é reclassificado para resultados, valor este que em 2012 ascendeu a m€ 1.752 (2011: m€ 72) (ver Nota 30).

Cobertura de justo valor do risco de taxa de juro – Financiamento Especializado (taxa fixa)

O Grupo efectua a cobertura de justo valor para o risco de taxa de juro da carteira de Financiamento Especializado de taxa fixa. No balanço, a alteração do justo valor do instrumento coberto é registada separadamente do instrumento coberto. O valor acumulado das correcções de valor dos activos objecto de cobertura em 31 de Dezembro de 2012 ascende a m€ 11.535 (2011: m€ 14.597) (ver Nota 16).

Estas relações de cobertura foram descontinuadas em 2009 uma vez que deixaram de satisfazer os critérios para a contabilidade de cobertura, pelo que durante os exercícios de 2012 e 2011, o Grupo não reconheceu ganhos ou perdas respeitantes à parte ineficaz da cobertura de justo valor, tal como descrito na política contabilística referida na Nota 2.13.

No exercício de 2012 o Grupo reconheceu em resultados o montante de m€ 3.061 (2011: m€ 4.533) relativo ao custo dos activos desreconhecidos e da amortização das relações descontinuadas em exercícios anteriores.

Cobertura de fluxos de caixa

Com o objectivo de eliminar o risco de variação da taxa de juro dos pagamentos associados aos títulos emitidos pelos SPE's no âmbito das operações de securitização e parte dos passivos subordinados, o Grupo contratou derivados de taxa de juro que trocam taxa variável por taxa fixa, transformando, desta forma, estes passivos de taxa variável em passivos de taxa fixa fixando o custo de cobertura (ver Nota 26).

Estas coberturas foram descontinuadas em 2010 tendo sido reconhecido em resultados do exercício de 2012 o montante de m€ 4.504 (2011: m€ 7.296) relativo ao custo da amortização da reserva das relações descontinuadas (ver Nota 30).

Em resumo, os impactos das relações de cobertura acima identificadas, vivas em 2012 e 2011, podem ser analisados como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Perdas em instrumentos de cobertura	470	(13.474)
Títulos de rendimento fixo	470	(13.474)
Ganhos em itens cobertos atribuíveis ao risco coberto	(262)	14.572
Títulos de rendimento fixo	(262)	14.572
Ineficácia nas coberturas de justo valor dos títulos classificados na carteira de "Créditos e outros valores a receber"	208	1.098
Ineficácia nas coberturas de justo valor dos títulos "disponíveis para venda"	128	405
Ineficácia nas coberturas do risco de taxa de juro (ver Nota 7)	336	1.503

Os impactos da amortização das relações de cobertura e do desreconhecimento dos activos cobertos podem ser analisados como segue:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Cobertura de justo valor - títulos na carteira "créditos e outros valores a receber"	(12.773)	(11.889)
Cobertura de justo valor - títulos na carteira "disponíveis para venda"	(1.752)	(72)
Cobertura de justo valor - carteira de financiamento especializado	(3.061)	(4.533)
Cobertura de fluxos de caixa	(4.504)	(7.296)
Amortização de coberturas descontinuadas (ver Nota 7)	(22.090)	(23.790)

Cobertura de investimento líquido em moeda estrangeira

Durante os exercícios de 2012 e 2011, o Grupo utilizou dívida em moeda estrangeira para cobrir o risco de reavaliação cambial do seu investimento líquido em subsidiárias estrangeiras. Em 2012 e 2011 não foi verificada ineficácia nestas relações de cobertura.

Em 31 de Dezembro de 2012, o investimento coberto do Grupo em subsidiárias estrangeiras e a dívida associada utilizada para cobrir esses investimentos pode ser analisada como segue:

Empresa	Moeda funcional	Investimento Líquido USD'000	Dívida associada USD'000	Investimento Líquido EUR'000	Dívida associada EUR'000
Finantia Holdings BV	USD	19.169	19.169	14.529	14.529

Durante o exercício de 2012 o Banco Finantia International converteu a sua moeda funcional do USD para o EUR, tendo a respectiva cobertura do investimento líquido em moeda estrangeira sido descontinuada à data da conversão. Adicionalmente, o valor da participação na Finantia Holdings BV foi reduzido em mUSD 1.261.

A parte eficaz da variação de justo valor do passivo financeiro não derivado (dívida associada) designado como instrumento de cobertura na cobertura do investimento líquido nas unidades operacionais estrangeiras acima identificadas, foi reconhecida directamente no capital próprio, nas reservas cambiais (outro rendimento integral).

18. Outros activos tangíveis

<i>milhares EUR</i>	Imóveis	Mobiliário e material	Equipamento informático	Viaturas	Outras imobilizações	31.12.2012	31.12.2011
Custo de aquisição:							
Saldo inicial	22.461	8.497	5.284	1.141	1.262	38.645	38.633
Aquisições	-	16	37	615	18	686	326
Abates/Alienações	-	(41)	(207)	(403)	(57)	(708)	(303)
Var. cambial / Transferências	(12)	(17)	43	-	(60)	(46)	(11)
Saldo final	22.449	8.455	5.157	1.353	1.163	38.577	38.645
Amortizações acumuladas:							
Saldo inicial	8.472	7.771	5.230	884	1.053	23.410	22.507
Aumentos	565	216	60	280	52	1.173	1.124
Abates/Alienações	-	(41)	(206)	(315)	(54)	(616)	(209)
Var. cambial / Transferências	-	(6)	(12)	-	(16)	(34)	(12)
Saldo final	9.037	7.940	5.072	849	1.035	23.933	23.410
Valor líquido	13.412	515	85	504	128	14.644	15.235

19. Activos intangíveis

<i>milhares EUR</i>	Software	Outros activos intangíveis	Imobilizado em curso	31.12.2012	31.12.2011
Custo de aquisição:					
Saldo inicial	2.664	398	837	3.899	3.325
Aquisições	52	-	806	858	574
Abates/Alienações	(1)	-	-	(1)	-
Var. cambial / Transferências	69	7	(76)	-	-
Saldo final	2.784	405	1.567	4.756	3.899
Amortizações acumuladas:					
Saldo inicial	2.565	395	-	2.960	2.808
Aumentos	125	1	-	126	152
Abates/Alienações	(1)	-	-	(1)	-
Var. cambial / Transferências	(7)	7	-	-	-
Saldo final	2.682	403	-	3.085	2.960
Valor líquido	102	2	1.567	1.671	939

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de outros activos intangíveis e de imobilizado em curso incluem licenças e outras despesas referentes à implementação e desenvolvimento de *software*.

Durante o exercício de 2012 foram gerados internamente activos intangíveis no montante de m€ 147 (2011: m€ 148).

20. Outros activos

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Devedores e outras aplicações	35.433	29.079
Proveitos a receber	1.257	1.050
Activos não correntes detidos para venda	259	528
Operações a aguardar liquidação financeira (ver Nota 28)	5.071	55.338
Outras operações a regularizar	14.700	21.469
	56.720	107.464

A rubrica de devedores e outras aplicações encontra-se líquida de perdas por imparidade. O movimento das perdas por imparidade analisa-se como segue:

<i>milhares EUR</i>	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	39.097	35.155
Dotações líquidas de reversões (ver Nota 10)	(7.393)	2.923
Variações cambiais e outros	(237)	1.300
Utilizações	(2.138)	(282)
Saldo em 31 de Dezembro	29.328	39.097

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica outras operações a regularizar inclui o montante de m€ 14.100 (2011: m€ 20.329) referente a valores que são regularizados numa base trimestral decorrentes das operações de titularização de crédito efectuadas pelo Grupo.

21. Impostos

O imposto reconhecido nos resultados em 2012 e 2011 analisa-se como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Imposto corrente		
Imposto sobre o rendimento do exercício	(1.101)	(1.104)
Contribuição extraordinária sobre o sector bancário	(803)	(865)
Imposto relativo a exercícios anteriores	16	(15)
	(1.888)	(1.984)
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(4.033)	1.524
Prejuízos fiscais reportáveis	2.882	(303)
	(1.151)	1.221
Total do imposto reconhecido em resultados	(3.039)	(763)

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012			31.12.2011		
	Activos	Passivos	Líquido	Activos	Passivos	Líquido
Activos financeiros disponíveis para venda	3.446	(5.099)	(1.653)	9.082	(37)	9.045
Crédito a clientes/Provisões	816	(625)	191	2.754	(150)	2.604
Prejuízos fiscais reportáveis	19.114	-	19.114	16.232	-	16.232
Outros	1.255	(1.785)	(530)	1.091	-	1.091
Imposto diferido activo/(passivo)	24.631	(7.509)	17.122	29.159	(187)	28.972
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(7.166)	7.166	-	(37)	37	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	17.465	(343)	17.122	29.122	(150)	28.972

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Com excepção do reporte de prejuízos fiscais, as restantes diferenças temporárias não apresentam prazos de caducidade. Nesta base, e no que respeita aos prejuízos fiscais reportáveis, as datas limite de caducidade podem ser analisadas conforme segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
<u>Ano de caducidade</u>		
2014	9.643	11.063
2015	1	89
2024	143	2.235
2025	-	383
2027	20	-
2029	3.661	2.462
Sem limite	5.646	-

No fim de cada período de relato, o Grupo reavalia os activos por impostos diferidos não reconhecidos, sendo que reconhece previamente um activo por impostos diferidos não reconhecido até ao ponto em que se torne provável que os lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os impostos diferidos activos associados a prejuízos fiscais reportáveis não reconhecidos nas demonstrações financeiras ascendem a m€ 1.000 e m€ 1.000 respectivamente, referentes a prejuízos originados em 2010.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, o imposto sobre rendimento reconhecido em reservas relativo a activos financeiros disponíveis para venda (ver Nota 30) ascende a m€ (10.698) (2011: m€ 4.920), e refere-se apenas a imposto diferido.

A reconciliação da taxa de imposto efectiva pode ser analisada como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012		31.12.2011	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos		6.183		3.899
Taxa de imposto estatutária	29,5%		29,0%	
Imposto calculado com base na taxa de imposto estatutária		1.824		1.131
Utilização de prejuízos fiscais		(6.319)		(7.787)
Dividendos excluídos de tributação		(892)		(1.800)
Provisões e imparidade		(6)		(142)
imposto devido activo sobre prejuizos fiscais gerados no período		(4.092)		(891)
Lucros em entidades com regime de tributação mais favorável		1.679		3.233
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais havia sido reconhecido imposto diferido activo		6.212		1.905
(Mais) / Menos valias fiscais versus contabilísticas		4.270		6.820
Tributação autónoma		69		86
Outros		(509)		(2.655)
Imposto sobre os lucros	36,2%	2.235	-2,6%	(102)
Contribuição extraordinária sobre o Sector Bancário		803		865
Imposto reconhecido em resultados		3.039		763

22. Recursos de bancos centrais

A rubrica de Recursos em bancos centrais pode ser analisada como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Até 3 meses	94.716	345.517
De 3 meses a 1 ano	-	-
De 1 a 5 anos	400.000	150.000
	494.716	495.517

Os recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais ("SEBC") encontram-se colateralizados por activos financeiros do Grupo no valor de m€ 535.647 (2011: m€ 515.852). Adicionalmente a estes activos financeiros o Grupo dispõe de outros activos financeiros elegíveis para desconto junto do SEBC no valor de m€ 84.700 (2011: m€ 47.300).

23. Recursos de instituições de crédito

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Recursos bancários	154.180	322.613
Juros a pagar	299	1.753
	154.479	324.366

No segundo semestre de 2011 venceu-se e foi integralmente reembolsado o empréstimo sindicado de €150 milhões. Durante o exercício de 2011, foi reconhecido em resultados o montante de m€ 1.971 de juro efectivo relativo a este empréstimo.

24. Recursos de clientes

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Depósitos a prazo	462.471	248.209
Depósitos à ordem	17.521	17.631
Cheques e ordens a pagar	40	26
Juros a pagar	7.494	3.283
	487.526	269.149

25. Operações de venda com acordo de recompra (“repos”)

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Instituições de crédito	242.857	256.279
Outras instituições	146.277	137.118
	389.134	393.397

26. Responsabilidades representadas por títulos

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Operações de securitização	93.129	253.848
Obrigações Banco Finantia 2012	-	103.005
	93.129	356.853

O programa de securitização do Grupo segue a estratégia seguida para a actividade de Financiamento Especializado, sendo o seu financiamento feito preferencialmente através de programas de securitização de médio prazo.

O movimento destas operações em 2012 pode ser analisado como segue:

Denominação	Saldo em 31.12.2011	Emissões	Reembolsos	Recompras (líquidas)	(Valores expressos em milhares de euros)	
					Outros movimentos ^(a)	Saldo em 31.12.2012
LTR Finance No. 6 plc						
Class A	81.983	-	(73.425)	-	(136)	8.422
Class B	35.063	-	-	(8.000)	(52)	27.011
Class C	14.126	-	-	-	(19)	14.107
Class D	11.175	-	-	(5.000)	(20)	6.155
LTR Finance No. 7 plc						
Class A	45.385	-	(19.851)	-	3.870	29.404
LTR Finance No.8 plc						
Senior facility	58.501	-	(62.141)	-	3.640	-
Mezzanine facility	7.615	-	(1.826)	-	2.241	8.030
	253.848	-	(157.243)	(13.000)	9.524	93.129

^(a) os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço e as correcções de valor dos passivos designados ao justo valor.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.18, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

A 31 de Dezembro de 2012, as principais características das operações de securitização em vida são analisadas como segue:

						(Valores expressos em milhares de euros)	
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Valor Nominal	Taxa de juro nominal	Taxa de juro efectiva	Juros corridos	Valor de balanço
LTR Finance No. 6 plc							
Class A	25-Set-06	24-Mai-13	8.419	Euribor 3m + 14bp	0,33%	3	8.422
Class B	25-Set-06	26-Mai-14	27.000	Euribor 3m + 23bp	0,42%	11	27.011
Class C	25-Set-06	26-Mai-14	14.100	Euribor 3m + 30bp	0,49%	7	14.107
Class D	25-Set-06	26-Mai-14	6.150	Euribor 3m + 65bp	0,84%	5	6.155
LTR Finance No. 7 plc							
Class A	3-Fev-09	20-Jun-15	34.510	4%	4,00%	56	29.404
LTR Finance No.8 plc							
Mezzanine facility	30-Mar-07	22-Abr-13	8.204	Euribor 1m + 150 bp	1,61%	3	8.030
98.383						85	93.129

A 31 de Dezembro de 2011 as principais características das operações de securitização em vida são analisadas como segue:

						(Valores expressos em milhares de euros)	
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Valor Nominal	Taxa de juro nominal	Taxa de juro efectiva	Juros corridos	Valor de balanço
LTR Finance No. 6 plc							
Class A	25-Set-06	24-Mai-13	81.844	Euribor 3m + 14bp	1,61%	139	81.983
Class B	25-Set-06	26-Mai-14	35.000	Euribor 3m + 23bp	1,70%	63	35.063
Class C	25-Set-06	26-Mai-14	14.100	Euribor 3m + 30bp	1,77%	26	14.126
Class D	25-Set-06	26-Mai-14	11.150	Euribor 3m + 65bp	2,12%	25	11.175
LTR Finance No. 7 plc							
Class A	3-Fev-09	20-Jun-15	54.362	4%	4,00%	81	45.385
LTR Finance No.8 plc							
Senior facility	30-Mar-07	22-Fev-13	62.141	Euribor 1m + 100 bp	2,12%	37	58.501
Mezzanine facility	30-Mar-07	22-Abr-13	10.030	Euribor 1m + 150 bp	2,62%	7	7.615
268.627						378	253.848

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.18, à data do seu reconhecimento inicial, as linhas de crédito Sénior e Mezzanine do LTR Finance No.8 e as notas classe A do LTR Finance No.7 foram designadas ao justo valor através dos resultados uma vez que estes passivos financeiros são avaliados e geridos internamente ao justo valor e a informação de gestão é produzida nessa base. Em 2012, a linha de crédito Senior do LTR Finance No 8 foi totalmente reembolsada, tendo a variação do justo valor de ambas as linhas de crédito e das notas classe A do LTR Finance No.7 ascendido a m€ (9.817) (2011: m€ (8.651)) (ver Nota 7).

Em 4 de Maio de 2012 foi reembolsada na sua totalidade a emissão de obrigações não subordinadas no montante de €100 milhões, efectuada em 4 de Maio de 2009. Estas obrigações beneficiaram da garantia da República Portuguesa, concedida nos termos da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro e da Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro. O valor de juros reconhecido em resultados em 31 de Dezembro de 2012 ascendeu a m€ 1.543 (2011: m€ 4.540)

27. Passivos subordinados

<i>milhares EUR</i>	Taxa de juro (%)	Valor nominal	Saldo em 31.12.2011	Recompras / Vencimentos	Outros movimentos ^(a)	Saldo em 31.12.2012
Obrigações subordinadas €10m (maturidade em 2012)	Eur 6m + 1,0	10.000	10.126	(10.000)	(126)	-
Obrigações subordinadas €75m (maturidade em 2015)	Eur 3m + 2,35	75.000	56.710	(6.090)	(153)	50.467
Obrigações subordinadas €50m (maturidade em 2016)	Eur 3m + 2,35	50.000	43.186	-	(112)	43.074
Obrigações subordinadas €60m (maturidade em 2017)	Eur 3m + 2,25	60.000	15.388	-	21.482	36.870
		195.000	125.410	(16.090)	21.091	130.411

^(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço e as correcções de valor dos passivos designados ao justo valor.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.18, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

Durante o exercício de 2012, foi reconhecido em resultados o juro calculado através do método da taxa efectiva, para os passivos subordinados reconhecidos ao custo amortizado, no montante de m€ 3.127 (2011: m€ 3.801).

A emissão de € 60 milhões de obrigações subordinadas com vencimento em 2017, foi designada ao justo valor através dos resultados na data do seu reconhecimento inicial em 26 de Julho de 2007, de acordo com a política descrita na Nota 2.18. Em 2012, a variação do justo valor deste passivo ascendeu a m€ (21.528) (2011: m€ 10.871) (ver Nota 7). Estas obrigações serão amortizadas ao par na data de maturidade, podendo, contudo, ser reembolsadas antecipadamente por opção do Banco, mediante autorização prévia do Banco de Portugal.

28. Outros passivos

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Encargos a pagar	3.275	3.010
Sector público estatal	1.909	2.742
Credores por operações de Financiamento Especializado	439	380
Outras contas de regularização	8.309	65.772
	13.932	71.904

As outras contas de regularização incluem o montante de m€ 6.558 (2011: m€ 64.022) operações a aguardar liquidação financeira respeitam às operações por liquidar no final do exercício, decorrentes da actividade normal do Grupo (ver Nota 20).

29. Capital, prémios de emissão e acções próprias

Capital e prémios de emissão

Em Agosto de 2011 o capital social do Banco foi aumentado de € 115 milhões para € 150 milhões por incorporação de reservas, sendo em 31 de Dezembro de 2012 representado por 150.000.000 acções ordinárias com direito a voto de valor nominal de € 1 cada e encontra-se integralmente realizado.

Os prémios de emissão no montante de € 25 milhões referem-se aos prémios pagos pelos accionistas em aumentos de capital.

Acções Próprias

Durante o ano de 2012 e 2011, ocorreram os seguintes movimentos em acções próprias:

<i>milhares EUR, excepto número de acções</i>	2012		2011	
	Nº acções	Custo	Nº acções	Custo
Saldo no início do ano	6.385.926	13.373	4.350.711	12.665
Aquisições	204.246	123	617.905	708
Aumento de capital	-	-	1.417.310	-
Alienações	-	-	-	-
Saldo no final do ano	6.590.172	13.496	6.385.926	13.373

30. Reservas e resultados transitados

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Reservas de justo valor	471	(32.072)
Reserva legal	24.209	22.470
Outras reservas e resultados transitados	175.667	174.796
	200.347	165.194

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Os movimentos ocorridos nestas rubricas em 2012 e 2011 foram os seguintes:

<i>milhares EUR</i>	Reservas de justo valor			Outras reservas e resultados transitados			Total de reservas e resultados transitados
	Activos financeiros disponíveis para venda	Coberturas de fluxos de caixa	Total das reservas de justo valor	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Total outras res. e res. transitados	
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(11.648)	(17.191)	(28.839)	21.971	174.361	196.332	167.493
Variações de justo valor (Nota 15)	(15.448)	-	(15.448)	-	-	-	(15.448)
Amortização das reservas de cobertura de fluxos de caixa (Nota 17)	-	7.296	7.296	-	-	-	7.296
Cobertura do invest. líquido em moeda estrangeira (Nota 17)	-	-	-	-	(7.631)	(7.631)	(7.631)
Diferenças cambiais de consolidação	-	-	-	-	618	618	618
Variação em acções próprias	-	-	-	-	1.327	1.327	1.327
Impostos diferidos	4.920	-	4.920	-	(4.255)	(4.255)	665
Constituição/(transferência) de reservas	-	-	-	499	10.375	10.875	10.875
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(22.176)	(9.895)	(32.071)	22.470	174.794	197.265	165.194
Variações de justo valor (Nota 15)	38.736	-	38.736	-	-	-	38.736
Amortização das reservas de cobertura de fluxos de caixa (Nota 17)	-	4.504	4.504	-	-	-	4.504
Cobertura do invest. líquido em moeda estrangeira (Nota 17)	-	-	-	-	(712)	(712)	(712)
Diferenças cambiais de consolidação	-	-	-	-	111	111	111
Variação em acções próprias	-	-	-	-	82	82	82
Impostos diferidos	(10.698)	-	(10.698)	-	-	-	(10.698)
Constituição/(transferência) de reservas	-	-	-	1.739	1.392	3.131	3.131
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	5.862	(5.391)	471	24.209	175.667	199.876	200.347

A reserva de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda pode ser analisada como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	955.071	339.889
Imparidade acumulada reconhecida no balanço	(1.707)	(434)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda, líquido de imparidade	953.364	339.455
Justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	960.693	308.921
Ganhos / (perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	7.329	(30.534)
Reservas de justo valor associadas a activos transferidos para Investimentos detidos até à maturidade	186	(688)
Impostos diferidos	(1.653)	9.045
	5.862	(22.176)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

O movimento da reserva de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda pode ser analisado como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do período	(22.176)	(11.648)
Variação de justo valor	105.032	(12.970)
Alienações no período (ver Nota 7)	(70.104)	1.156
Reclassificação para imparidade (ver Nota 10)	2.660	-
Amortização da reserva dos activos financeiros reclassificados (ver Nota 37)	(366)	741
Amortização da reserva dos activos financeiros detidos até à maturidade (ver Nota 37)	874	(502)
Coberturas de justo valor (ver Nota 17)	640	(3.874)
Impostos diferidos reconhecidos em reservas no período	(10.698)	4.920
Saldo no final do período	5.862	(22.176)

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, a reserva de justo valor dos activos financeiros reclassificados e a parte eficaz das variações de justo valor dos derivados de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros e do justo valor.

Reserva legal

De acordo com o Artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-lei n. 298/92, de 31 de Dezembro, com a redacção que lhe é dada pelo Decreto-lei n. 201/2002, de 25 de Setembro, o Banco Finantia e as restantes empresas financeiras do Grupo com sede em Portugal devem creditar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do valor mais elevado entre o capital e a soma das reservas livres e dos resultados transitados. Nos termos do Artigo 296º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

As restantes empresas do Grupo com sede em Portugal, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima de 5% dos lucros líquidos anuais, até 20% do capital.

31. Rubricas extrapatrimoniais

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Garantias prestadas		
Activos dados em garantia (" <i>repos</i> ")	1.103.325	1.285.995
Garantias e avales prestados	68.379	11.685
	1.171.704	1.297.680
Garantias recebidas		
Garantias recebidas do Estado (ver Nota 26)	-	102.380
Activos recebidos em garantia (" <i>reverse repos</i> ")	44.450	127.600
Outras garantias recebidas	4.685	12.914
	49.135	242.894
Outros passivos eventuais		
Linhas de crédito revogáveis	4.500	4.090
Outros compromissos irrevogáveis	-	3.305
Outros passivos eventuais	34	40
	4.534	7.435
Responsabilidades por prestação de serviços		
Activos sob gestão - securitização	688.698	858.379
Depósitos e guarda de valores	398.139	405.620
	1.086.837	1.263.999

A rubrica de activos dados em garantia ("*repos*") corresponde ao valor nominal dos títulos vendidos com acordo de recompra e inclui as operações efectuadas com bancos centrais, incluindo operações com títulos emitidos por empresas do Grupo e com títulos recebidos no âmbito de operações de compra com acordo de revenda ("*reverse repos*"). O valor de balanço dos títulos incluídos nestas operações ascendia, em 31 de Dezembro de 2012, a m€ 991.866 (2011: m€ 940.311).

A rubrica garantias e avales prestados inclui em 31 de Dezembro de 2012 o valor de m€ 29.267 (2011: m€-) relativo aos contratos de concessão em garantia de direitos de crédito na forma de empréstimos bancários para operação de política monetária.

No âmbito de operações de compra com acordo de revenda ("*reverse repos*") o Grupo recebe como colateral títulos, podendo vendê-los ou entregá-los como colateral. O justo valor dos títulos recebidos como colateral em 31 de Dezembro de 2012 ascendeu a m€ 38.265 (2011: m€ 68.752).

32. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos de apresentação da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os seguintes saldos com maturidade inferior a 3 meses:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Caixa (ver Nota 12)	56	130
Disponibilidades em outras instituições de crédito (ver Nota 12)	8.944	10.138
Aplicações em instituições de crédito	92.207	107.377
	101.207	117.645

O valor das aplicações em instituições de crédito considerado para efeitos de caixa e equivalentes de caixa refere-se apenas aos saldos com maturidade inferior a 3 meses e exclui os depósitos de colateral referidos na Nota 14.

33. Saldos e transacções com partes relacionadas

O Grupo efectua operações no decurso normal das suas actividades com empresas do Grupo e com outras partes relacionadas. As empresas do Grupo são identificadas na Nota 38 sendo os respectivos saldos e transacções eliminados no processo de consolidação de contas.

Os accionistas do Banco Finantia com os quais existem saldos e transacções em 31 de Dezembro de 2012, são analisados como segue:

Accionista	Sede	% de participação directa	% de participação efectiva
Finantipar - SGPS, S.A.	Portugal	52,5	55,0
Natixis	França	11,1	11,6
VTB Capital plc	Reino Unido	8,9	9,3
WestLB AG	Alemanha	8,3	8,7

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Os saldos e transacções com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são analisados como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Activos		
Activos financeiros de negociação	2.759	9.408
Aplicações em instituições de crédito	-	3.231
Crédito sobre clientes	35.533	36.071
Passivos		
Passivos financeiros de negociação	2.037	10.115
Recursos em instituições de crédito	4.280	5.103
Recursos de clientes	254	137
Operações de venda com acordo de recompra ("repos")	96.460	39.202
Responsabilidades representadas por títulos	8.190	66.116
Passivos subordinados	31.045	31.132
Proveitos		
Juros e rendimentos similares	2.163	1.479
Ganhos em operações financeiras	1.362	2.813
Custos		
Juros e encargos similares	2.193	1.537
Perdas em operações financeiras	12.000	11.254
Extrapatrimoniais		
Activos dados em garantia	121.961	66.608
Swaps cambiais	-	52.439
Swaps de taxa de juro	344.613	660.417
Swaps associados a eventos de crédito	20.000	20.000

As transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado.

O valor das remunerações atribuídas aos órgãos de gestão e fiscalização do Grupo encontra-se referido na Nota 8. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 não existiam outros saldos e transacções com os membros dos órgãos de gestão do Banco.

34. Gestão dos riscos da actividade

O Comité Financeiro, que reúne mensalmente, é o órgão responsável pela avaliação e monitorização integrada dos vários tipos de risco a que o Grupo Banco Finantia está sujeito, analisando e propondo metodologias, políticas e procedimentos adequados para o controlo e mitigação dos mesmos.

Em termos funcionais, a gestão do risco é centralizada no Departamento de Risco/ALM (*Assets and Liabilities Management*), tanto para a área de Banca como para a actividade de Financiamento Especializado, como uma unidade independente dos departamentos de originação do Grupo, que abrange os diversos tipos de risco: crédito, mercado, liquidez e operacional, com a análise de crédito a ser efectuada pelo Departamento de Crédito. Trata-se de uma estrutura que facilita uma análise transversal e integrada, tendo em consideração a complementaridade das análises e as correlações entre os diferentes riscos.

Dentro da área do Financiamento Especializado, a componente de gestão do risco de crédito é partilhada com o Departamento de Underwriting, uma unidade mais envolvida ao nível desta actividade.

Risco de Crédito

O risco de crédito, o qual deriva não só da possibilidade de uma contraparte entrar em incumprimento como da variação do valor económico de um determinado instrumento devido à degradação da qualidade de crédito, constitui um dos riscos mais importantes para o Grupo, dada a estrutura do seu activo.

A aprovação de qualquer exposição de crédito obedece a um conjunto de princípios e procedimentos internos constantes das Normas de Crédito do Grupo, que definem os diferentes níveis de decisão, tendo em conta o montante da exposição e o tipo de produto a ser financiado.

Na área do Financiamento Especializado, a avaliação do risco de crédito é efectuada mediante um exaustivo processo de análise de risco, incluindo uma hierarquia de níveis de decisão, referências de crédito de agências especializadas e um modelo de *scoring*. O primeiro nível de decisão é a decisão automática efectuada através do sistema desenvolvido internamente pelo Grupo, o Siacc. Tal permite ao Banco equilibrar a rendibilidade esperada com o consumo de capital para cada operação.

O Grupo dispõe de modelos de *scoring* de originação, que aplica distintamente às carteiras de Portugal e Espanha, usufruindo de uma larga curva de experiência, tendo em conta que o primeiro modelo de *scoring* remonta a 1995. Para além de servir de base ao processo de decisão automática (uma proposta de crédito tem de satisfazer um *score* mínimo para ser aprovada automaticamente, entre outros critérios e filtros), o modelo de *scoring* atribui a cada proposta uma pontuação a que está associada uma dada probabilidade de incumprimento. Esta entra imputada no modelo interno de cálculo de rendibilidade que permite apurar no momento de originação a rendibilidade estimada de cada operação, líquida de perdas esperadas. Caso a operação não seja aprovada automaticamente, esta é sujeita a um nível de decisão superior, onde se incluem o departamento de *Underwriting* na sua funcionalidade de análise de risco e, se for o caso para operações de relevo, o comité executivo.

Na área de Banca, todas as tomadas de posição são efectuadas dentro de limites definidos pelo Departamento de Crédito. Todos os limites individuais são analisados por este departamento, existindo um *cap* máximo para cada exposição por contraparte em função do tipo de emitente e respectivo *rating*. Para além dos limites individuais, definidos em função do contraparte, a

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

definição de novos limites, tem também em consideração a exposição de crédito por país e sector. O Departamento de Risco/ALM procede ao controle diário dos limites individuais aprovados de exposição ao risco de crédito/contraparte.

O perfil de risco das carteiras de crédito é analisado mensalmente no Comité Financeiro, assim como os créditos problemáticos, das áreas de Banca e do Financiamento Especializado (neste último caso, apenas os créditos relativos às alçadas de decisão superiores, dada a granularidade da carteira). Nestas reuniões, é ainda realizada a análise da evolução das exposições, incluindo a análise da carteira de Financiamento Especializado que reflecte a revisão do crédito com imparidade, os níveis de incumprimento e respectivos rácios de cobertura e de qualidade, assim como a alocação e consumo de capital. Outros riscos como o risco de taxa de juro, cambial e de liquidez são também analisados.

Excluindo a carteira de Financiamento Especializado (Portugal e Espanha), que é analisada na Nota 16, e considerando a exposição a risco de crédito do Grupo por *rating* externo a 31 de Dezembro de 2012, aproximadamente 96% (2011: 94%) da exposição total do Grupo é sobre países da OCDE ou “*investment grade*”, sendo a exposição remanescente diversificada por quinze países.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito antes de colaterais pode ser analisada como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades em instituições de crédito	8.944	10.137
Aplicações em instituições de crédito	313.088	405.770
Derivados de negociação	8.928	8.229
Carteira de títulos	1.400.716	1.248.538
Crédito a clientes	386.013	643.451
Outros activos	42.020	85.995
	2.159.709	2.402.120
Garantias e avals prestados	68.379	11.685
Compromissos irrevogáveis	-	3.305
Swaps associados a eventos de crédito (valor nominal)	759.319	829.206
	827.698	844.196

Risco de Mercado

O risco de mercado ou de preço define-se como a possibilidade de incorrer em perdas devido a variações inesperadas do preço dos instrumentos ou operações financeiras resultantes, entre outros, de variações das taxas de juro e taxas de câmbio.

No âmbito do processo de controlo e avaliação do risco de mercado a que o Grupo está sujeito, é de realçar a existência de uma rotina diária de cálculo do VaR (*value at risk*) para todo o balanço consolidado. O VaR é calculado utilizando a abordagem da simulação histórica, com base num histórico de preços de um ano, um período de tempo de um dia e um intervalo de confiança de 99%. Têm sido realizados *back tests* ao modelo com resultados satisfatórios. Para o ano de 2012, o VaR médio diário foi de € 2,90 milhões (uma subida em relação aos € 2,61 milhões de 2011), o que corresponde a 1,20% dos fundos próprios de base (1,01% em 2011). O VaR médio diário relativo ao risco cambial foi de € 0,42 milhões (€ 0,61 milhões em 2011) e para o risco de taxa de juro foi de € 2,84 milhões (€ 2,32 milhões em 2011).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Exposição ao risco de taxa de juro

O acompanhamento da exposição às variações das taxas de juro constitui um dos principais aspectos de uma gestão de riscos adequada. O Grupo adoptou uma estratégia de minimização do risco de taxa de juro associado aos seus activos a taxa fixa (activos do Financiamento Especializado e de Banca), resultante da maioria dos seus passivos serem a taxa variável.

Para os activos a taxa fixa do Grupo é realizada a monitorização sistemática da distribuição dos mesmos em *buckets* temporais, líquida dos correspondentes passivos a taxa fixa e instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juro, procedendo-se regularmente à cobertura dos *mismatches* que excedam os limites definidos pelo Comité Financeiro, mediante a utilização de instrumentos financeiros adequados, tipicamente *swaps* de taxa de juro. A definição dos instrumentos de cobertura a utilizar varia ao longo do tempo em função das decisões tomadas pelo Comité Financeiro.

A classificação das rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais por escalões de repricing, de acordo com as recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005 do Banco de Portugal, pode ser analisada como segue:

<i>milhões de EUR</i>					
31 de Dezembro de 2012	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Activos	423.976	40.851	41.390	695.879	724.645
Passivos	(629.849)	(279.461)	(53.818)	(630.491)	(171.238)
Extrapatrimoniais	595.474	(70.630)	(19.916)	(391.146)	(113.781)
Gap	389.601	(309.240)	(32.344)	(325.757)	439.626

<i>milhões de EUR</i>					
31 de Dezembro de 2011	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Activos	926.660	229.837	109.089	484.505	350.940
Passivos	(1.548.074)	(253.540)	(129.003)	(28.437)	(54.370)
Extrapatrimoniais	876.228	(146.640)	(112.110)	(449.860)	(167.617)
Gap	254.814	(170.343)	(132.024)	6.208	128.953

Exposição ao risco cambial

É norma do Grupo operar exclusivamente em activos e passivos denominados em EUR e USD. As posições noutras divisas são pontuais e sem peso significativo no balanço e nos resultados. Tendo em vista neutralizar o risco cambial, procede-se diariamente à monitorização não só da posição cambial à vista como também da exposição a prazo resultante das expectativas do impacto que os activos e passivos em USD poderão gerar no futuro.

Mensalmente, estas análises são apresentadas e discutidas no Comité Financeiro, tendo em vista a definição ou correcção das medidas a adoptar de forma a atingir o objectivo de minimização dos riscos cambiais incorridos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

A desagregação dos activos e passivos denominados por moeda diferentes de Euro pode analisar-se como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012	
	USD	Outras moedas
Activo		
Caixa e bancos	5.387	590
Derivados de negociação	5.594	-
Aplicações em instituições de crédito	53.098	-
Carteira de títulos	279.236	-
Crédito a clientes	10.441	-
Outros activos financeiros	39.357	30
Total do activo	393.113	620
Passivo		
Derivados de negociação	27.144	-
Recursos de outras instituições de crédito	28.757	9
Operações vendidos com acordo de recompra	137.727	-
Recursos de clientes	3.835	-
Derivados de cobertura	15.902	-
Outros passivos financeiros	6.540	-
Total do passivo	219.905	9
Capital próprio	2.321	-
Total do passivo e capital próprio	222.226	9
Derivados detidos para gestão de risco	(173.118)	-
Swaps cambiais	(173.118)	-
	(173.118)	-
Posição líquida	(2.231)	611

<i>milhares EUR</i>	31.12.2011	
	USD	Outras Moedas
Total do activo	497.384	117
Total do passivo	234.129	50
Capital próprio	(2.950)	-
	266.205	67
Derivados detidos para gestão de risco	(279.774)	-
Posição líquida	(13.569)	67

Risco de liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de uma instituição vir a ser incapaz de satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas, devido a uma incapacidade de liquidar activos, obter financiamento ou refinar passivos em condições adequadas.

A gestão do risco de liquidez é feita de forma global (Grupo), centralizada (Departamento de Tesouraria e Departamento de Risco/ALM), dentro de limites pré-definidos e de acordo com duas vertentes distintas: i) gestão de fluxos de caixa, existindo um sistema de controlo de *cash-flows* que permite o apuramento e o controlo diário dos saldos de Tesouraria num horizonte temporal alargado e a manutenção de excesso de liquidez que assegure o normal funcionamento do Grupo mesmo em cenários mais adversos; ii) gestão de balanço, de forma a manter os principais indicadores de liquidez dentro dos limites pré-definidos pelo Comité Financeiro.

O Departamento de Tesouraria assume o controlo da gestão dos fluxos de caixa, fazendo um reporte diário a pelo menos um membro da Comissão Executiva. O Departamento de Risco/ALM é responsável pela elaboração de todas as análises relativas à gestão do balanço do Grupo. O relatório é apresentado mensalmente ao Comité Financeiro, que é responsável pela definição de toda a estratégia de liquidez do Grupo, bem como pela adopção de medidas de gestão correctivas sempre que os limites estipulados não sejam cumpridos.

Na área de Banca, a estratégia definida consiste em privilegiar activos com elevada liquidez, facilmente transaccionáveis, que possibilitem o autofinanciamento através de *repos* ou de outros instrumentos de *funding*.

Quanto à actividade de Financiamento Especializado, tem-se optado pelo financiamento *back-to-back* através de operações de securitização, as quais representavam no final do exercício aproximadamente 74% do valor total desses activos.

O ano de 2012 ficou igualmente marcado pela continuação da política de diversificação das principais fontes de financiamento do Banco, o que se consubstanciou numa distribuição mais equitativa do peso relativo dos vários instrumentos passivos no total de responsabilidades do Grupo.

Para esta evolução contribuiu o crescimento dos depósitos de particulares, o incremento no número de contrapartes activos no mercado de financiamento interbancário colateralizado e não colateralizado, bem como o aumento das maturidades e dos volumes disponíveis para o financiamento colateralizado.

Relativamente aos demais instrumentos de passivo utilizados, a estratégia assenta na diversificação de fontes de financiamento, quer em termos de contrapartes, quer em termos do tipo de operações, havendo a preocupação de respeitar determinados rácios máximos de concentração nos maiores contrapartes.

Os fluxos de caixa devidos pelo Grupo relativos a passivos financeiros não-derivados e os activos detidos para gestão de liquidez referem-se a fluxos de caixa não descontados que incluem capital e juros conforme contratualmente previsto, ajustados com base nas respectivas maturidades comportamentais.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em 31 de Dezembro de 2012 são analisados como segue:

<i>milhares EUR</i>	Até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos	Total
Passivos					
Recursos de bancos centrais	97.924	-	400.000	-	497.924
Recursos de instituições de crédito	154.675	11	234	366	155.286
Recursos de clientes	183.262	197.334	112.856	-	493.452
Operações de revenda com acordo de recompra	72.387	289.548	27.996	-	389.931
Responsabilidades representadas por títulos	22.953	35.100	36.903	-	94.956
Passivos subordinados	1.009	3.293	168.674	171	173.147
Passivos por maturidades contratuais	532.210	525.285	746.664	537	1.804.696
Activos detidos para gestão de liquidez	565.574	551.033	994.676	503.511	2.614.794

Em 31 de Dezembro de 2011 são analisados como segue:

<i>milhares EUR</i>	Até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos	Total
Passivos					
Recursos de bancos centrais	345.720	-	150.000	-	495.720
Recursos de instituições de crédito	233.943	61.764	31.192	375	327.274
Recursos de clientes	96.001	113.955	65.172	-	275.128
Operações de revenda com acordo de recompra	74.074	296.296	24.112	-	394.482
Responsabilidades representadas por títulos	42.456	211.002	127.072	15	380.545
Passivos subordinados	11.599	4.795	120.636	62.296	199.326
Passivos por maturidades contratuais	803.793	687.812	518.184	62.686	2.072.475
Activos detidos para gestão de liquidez	809.891	749.855	647.934	530.540	2.738.220

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, os respectivos fluxos de caixa contratuais não descontados podem ser analisados como segue:

Em 31 de Dezembro de 2012:

<i>milhares EUR</i>	Até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos	Total
Fluxos activos	185.584	31.666	35.155	320	252.725
Fluxos passivos	183.961	38.952	58.794	1	281.708

Em 31 de Dezembro de 2011:

<i>milhares EUR</i>	Até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos	Total
Fluxos activos	299.653	50.254	68.367	8.027	426.301
Fluxos passivos	319.365	53.387	90.826	4.806	468.384

Risco operacional

O Risco Operacional define-se como o risco de perda resultante de processos internos inadequados, falhas humanas ou de sistemas informáticos, ou de factores externos.

A gestão do Risco Operacional tem sido desde sempre uma preocupação do Grupo, o qual tem desenvolvido uma política de elaboração sistemática de manuais operativos e de responsabilização dos gestores de cada área pelo cumprimento das normas e procedimentos definidos, tendo como objectivo a mitigação deste tipo de risco. Consciente das melhores práticas de mercado, o Grupo tem vindo a intensificar esforços no sentido da implementação de métodos de medição e controle do risco, mais avançados e eficazes, mantendo o processo de levantamento de todos os tipos de risco a que poderá estar sujeito (*loss event register* e *risk control self assessment*).

De uma forma global, existe uma preocupação de identificação e análise *ex-ante* dos problemas e riscos, com o objectivo de actuar preventivamente no controlo e mitigação dos mesmos. Isto é particularmente relevante na aprovação de novos produtos financeiros, que está sujeita à análise e respectivo parecer de equipas multidisciplinares transversais aos vários departamentos, bem como a diferentes níveis de autorização. De referir a existência de planos de contingência operacionais e de um *Disaster Recovery Plan* de forma a assegurar a continuidade do negócio mesmo em situações extremas.

35. Gestão de capital

Tendo em conta que por gestão de capital se compreende um conceito de maior amplitude que o da rubrica de “capital próprio” que figura no balanço, o Grupo estabelece os seguinte objectivos quanto a esta matéria:

- Cumprir com os requisitos de capital definidos pelos reguladores dos mercados bancários onde as diversas entidades do Grupo operam;
- Assegurar a capacidade de continuidade do Grupo de modo a que possa continuar a fornecer retorno de investimento aos accionistas e benefícios aos outros *stakeholders*; e
- Manter uma sólida base de capital que apoie o desenvolvimento da sua actividade.

A adequação de capital e a utilização de capital regulamentar são monitorizados diariamente pela gestão do Grupo, através da aplicação de técnicas suportadas por orientações do Comité de Basileia e por directivas comunitárias, e implementadas pelo Banco de Portugal (a Autoridade) enquanto autoridade supervisora. A informação exigida é enviada à Autoridade numa base periódica.

A Autoridade exige que cada banco ou grupo bancário: (a) detenha um nível mínimo de capital regulamentar no valor de € 17,5 milhões, e (b) mantenha um rácio entre o capital regulamentar e os activos ponderados pelo risco (o “rácio CAD”) igual ou superior ao limite de 8% acordado internacionalmente. Cada subsidiária bancária ou instituição financeira similar que não tenha a sua sede na União Europeia é directamente regulada e supervisionada pela autoridade supervisora local.

Adicionalmente, no âmbito da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal - com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional - o reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional foi estabelecido como um objectivo principal. O Banco de Portugal pelo Aviso n.º 3/2011 estabeleceu que os grupos financeiros sujeitos à sua supervisão em base consolidada, devem reforçar os seus rácios *core tier 1*, em base consolidada, para um valor não inferior a 9%, até 31 de Dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de Dezembro de 2012.

O capital regulamentar do Grupo, gerido pelo seu Departamento de Tesouraria central, é dividido em três níveis:

- Fundos próprios considerados como *Core Tier 1*: Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado (líquido do valor contabilístico das acções próprias), as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados positivos retidos do período quando certificados e os interesses minoritários resultantes da consolidação de interesses em capital social permanente. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a activos intangíveis e, quando aplicável, os resultados negativos do período.
- Fundos próprios de base (FPB): Para além dos valores considerados como *Core Tier 1*, esta categoria inclui as acções preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. O Grupo não detém este tipo de instrumentos emitidos.
- Fundos próprios complementares (“*Tier 2*”): inclui fundamentalmente os empréstimos subordinados elegíveis.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Os activos ponderados pelo risco são mensurados em função da natureza – e reflectindo uma estimativa dos riscos de crédito, mercado e outros riscos associados – de cada activo e contraparte, tendo em consideração as garantias e colaterais elegíveis. Esta abordagem é adoptada de modo similar para efeitos de exposição em elementos extrapatrimoniais, com alguns ajustamentos de modo a reflectir a natureza contingente das perdas potenciais.

O quadro abaixo resume a composição do capital regulamentar e dos rácios do Grupo para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. Durante este ano, o Grupo e as suas empresas individuais cumpriram com todos os requisitos de capital estabelecidos externamente, e aos quais se encontram sujeitos.

<i>milhões EUR</i>	31.12.2012	31.12.2011
	Bal II	Bal II
Total do Capital próprio	372,1	337,1
Acréscimos/(deduções) a fundos próprios de base	(135,9)	(77,8)
Fundos próprios de base (Tier I)	236,2	259,3
Instrumentos de dívida subordinada	113,2	146,3
Acréscimos/(deduções) a fundos próprios complementares	(2,2)	(24,6)
Total de fundos próprios	347,2	381,0
Activos ponderados pelo risco	1.919,4	2.658,2
Rácio Tier I (%)	12,3	9,8
Rácio de solvabilidade (%)	18,1	14,3

O rácio Tier I acima indicado é igual ao rácio *Core Tier I* nos termos do previsto pelo Banco de Portugal e do Acordo de Basileia II.

36. Reporte por segmentos

O Grupo desenvolve a sua actividade exclusivamente centrada no sector financeiro tendo-se especializado nas actividades de mercado de capitais, mercado monetário, assessoria financeira (incluindo fusões, aquisições e financiamentos estruturados) e operações de crédito, e indirectamente, através das suas subsidiárias, em operações de locação financeira, gestão de participações sociais, administração de fundos, gestão de activos financeiros, *forfaiting*, aluguer de longa duração e do financiamento especializado.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais: Banca e Financiamento Especializado. Cada segmento engloba as estruturas que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem assim como as unidades autónomas do Grupo cuja actividade mais se identifica com um daqueles segmentos.

Complementarmente, o Grupo utiliza uma segunda segmentação da sua actividade e resultados segundo critérios geográficos, separando a actividade e resultados com base no país de domicílio das suas contrapartes.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas:

Banca

Este Segmento Operacional inclui toda a actividade bancária desenvolvida pelo Grupo, que inclui a actividade de banca de investimento do Grupo originada em Portugal e no estrangeiro, para além da actividade bancária por grosso de crédito, de depósitos e de outras formas de captação, inclui os serviços de consultoria de *corporate finance*, fusões e aquisições, reestruturação e consolidação de passivos, preparação e colocação pública ou privada de emissões de obrigações e outros instrumentos de dívida e de capital, serviços de corretagem e demais serviços de banca de investimentos. Inclui também a actividade de *private banking* e de gestão de activos do Grupo.

Financiamento Especializado

Corresponde a toda a actividade desenvolvida pelo Grupo em Portugal e em Espanha de Financiamento Especializado, sobretudo financiamento automóvel para clientes particulares e pequenos negócios.

Critérios de imputação da actividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

O reporte por segmentos operacionais é apresentado como segue:

milhares EUR	31.12.2012				31.12.2011			
	Banca	Crédito ao consumo	Overheads e outros	Consolidado	Banca	Crédito ao consumo	Overheads e outros	Consolidado
Juros e rendimentos similares	101.950	33.441	-	135.391	99.128	55.322	-	154.450
Juros e encargos similares	(43.048)	(24.825)	-	(67.873)	(35.292)	(34.429)	-	(69.721)
Margem financeira	58.902	8.616	-	67.518	63.835	20.893	-	84.728
Outros proveitos operacionais	3.923	11.853	-	15.776	(34.275)	13.628	-	(20.647)
Proveitos operacionais totais	62.825	20.469	-	83.294	29.561	34.521	-	64.081
Custos com pessoal	(3.060)	(830)	(7.256)	(11.146)	(3.523)	(2.016)	(8.249)	(13.788)
Gastos gerais administrativos	(3.365)	(6.204)	(4.347)	(13.916)	(3.411)	(6.795)	(4.930)	(15.137)
Custos operacionais	(6.425)	(7.034)	(11.603)	(25.062)	(6.934)	(8.811)	(13.179)	(28.925)
Resultados operacionais	56.400	13.435	(11.603)	58.232	22.626	25.709	(13.179)	35.156
Imparidade e provisões	(45.747)	(5.257)	(1.045)	(52.049)	(19.060)	(7.340)	(4.857)	(31.257)
Resultado antes de impostos	10.653	8.178	(12.648)	6.183	3.566	18.370	(18.036)	3.899
Impostos				(3.039)				(763)
Resultado líquido do exercício				3.144				3.136

O reporte por segmentos geográficos é apresentado como segue:

milhares EUR	31.12.2012			31.12.2011		
	Portugal	Estrangeiro	Total	Portugal	Estrangeiro	Total
Rédito	66.438	83.765	150.203	68.499	106.960	175.459
Activos do segmento	869.471	1.389.738	2.259.209	1.089.656	1.432.024	2.521.680
Investimentos em activos tangíveis	670	16	686	213	113	326
Investimentos em activos intangíveis	399	459	858	539	35	574

37. Justo valor de activos e passivos financeiros

Instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

O quadro abaixo resume os valores de balanço e o justo valor dos activos e passivos financeiros não apresentados no balanço do Grupo pelo seu justo valor:

<i>milhares EUR</i>	<i>Notas</i>	31.12.2012		31.12.2011	
		Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Activos					
Caixa e bancos	12	27.290	27.290	16.047	16.047
Aplicações em instituições de crédito	14	313.088	313.088	405.770	405.770
Carteira de títulos	15	402.750	424.808	895.234	877.054
Crédito a clientes	16	374.478	371.038	628.855	625.803
Passivos					
Recursos de bancos centrais		494.716	494.716	495.517	495.517
Recursos de instituições de crédito	22	154.479	154.479	324.366	324.366
Recursos de clientes	23	487.526	487.526	269.149	269.149
Responsabilidades representadas por títulos	25	55.695	48.392	245.352	212.291
Passivos subordinados	26	93.541	67.759	110.022	44.630

O justo valor tem como base os preços de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado:

Caixa e bancos: Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes: O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas, excluindo o valor das correcções de valor dos activos objecto de cobertura.

Carteira de títulos: A carteira de títulos refere-se à carteira classificada nas categorias de Crédito e outros valores a receber e de detidos até à maturidade e aos instrumentos de capital mensurados ao custo, excluindo o valor das correcções de valor dos activos objecto de cobertura. O justo valor desta carteira foi estimado com base em preços/cotações de mercado ou, na sua ausência, na utilização de técnicas de valorização, considerando-se um prémio de liquidez para os activos considerados de menor liquidez.

Aplicações/Recursos em/de instituições de crédito e de bancos centrais: Para *repos* e depósitos com bancos, pela sua natureza de curto prazo, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor. O justo valor dos depósitos a médio e longo prazo e empréstimos a médio e longo prazo é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Recursos de clientes: O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças significativas entre o valor de balanço e o seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados: O justo valor destes instrumentos é baseado em preços de mercado quando disponíveis ou, caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro.

Hierarquia do justo valor

O IFRS 7 determina que uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflecta o significado dos *inputs* utilizados na mensuração, tendo em consideração se esses inputs são observáveis ou não-observáveis. Nessa base, a hierarquia do justo valor apresenta os seguintes níveis:

- Nível 1 - preços/cotações de mercado (não ajustados) ou cotações de *dealers/brokers* em mercados activos para activos ou passivos similares;
- Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis no mercado para o activo ou passivo, quer directamente (i.e., como preços) quer indirectamente (i.e., baseados nos preços); e
- Nível 3 - *inputs* para o activo ou passivo que se baseiem em dados de mercado não observáveis (inputs não observáveis).

O nível na hierarquia do justo valor no qual os activos e passivos mensurados ao justo valor do Grupo são categorizados pode ser analisado como segue:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012			31.12.2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos						
Derivados de negociação	-	33.326	-	-	41.866	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	4.772	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	959.254	-	-	305.866	-	-
Passivos						
Derivados de negociação	-	89.799	-	-	93.726	-
Derivados de cobertura	-	32.791	-	-	53.022	-
Passivos financeiros designados ao justo valor	-	74.304	-	-	126.889	-

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

O justo valor dos instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos é determinado com base em preços/cotações à data do balanço. Um mercado é considerado activo quando existem preços/cotações disponibilizados de forma transparente, atempada e regular, e esses preços/cotações representem transacções existentes e ocorridas em condições normais de mercado (“*arm’s lenght*”).

Na ausência de um mercado activo, o justo valor dos instrumentos financeiros é determinado utilizando técnicas de valorização. Estas técnicas de valorização maximizam a utilização de dados observáveis de mercado e têm em consideração o mínimo possível de estimativas específicas internas. Quando os dados significativos requeridos para a determinação do justo valor são observáveis, o instrumento é incluído no Nível 2.

Caso um ou mais dados significativos não seja baseado em dados observáveis de mercado, o instrumento é incluído no Nível 3.

As técnicas de valorização utilizadas para a determinação do justo valor dos instrumentos financeiros incluem:

- Preços/cotações de mercado ou cotações de *dealers/brokers* para instrumentos similares;
- O justo valor dos derivados de taxa de juro é calculado como o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de taxa de juro observáveis, tendo em consideração o risco de crédito das contrapartes.
- Desconsiderando o risco de crédito próprio e das contrapartes o justo valor activo e passivo dos swaps de taxa de juro e swaps associados a eventos de crédito é de m€ 29.374 e m€ 123.628, respectivamente (2011: m€ 41.706 e m€ 140.460, respectivamente);
- O justo valor dos swaps de taxa de câmbio é determinado utilizando as taxas de câmbio *forward* à data do balanço, sendo o respectivo resultado descontado para o seu valor actual;
- Outras técnicas, como as análises de fluxos de caixa descontados, eventualmente ajustados de um prémio de liquidez, são utilizadas para outros instrumentos financeiros, incluindo os *credit default swaps* (ver Nota 4).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2012, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para *swaps* de taxa de juro para os respectivos prazos:

	31.12.2012		31.12.2011	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0.021	0.168	0.325	0.110
1 mês	0.109	0.208	1.024	0.295
3 meses	0.187	0.306	1.356	0.581
6 meses	0.320	0.508	1.617	0.809
9 meses	0.432	0.686	1.791	0.966
1 ano	0.320	0.844	1.418	0.677
3 anos	0.449	0.469	1.375	0.823
5 anos	0.750	0.821	1.724	1.226
7 anos	1.110	1.242	2.069	1.634
10 anos	1.550	1.752	2.387	2.016
15 anos	1.998	2.284	2.675	2.372
20 anos	2.152	2.511	2.692	2.496
25 anos	2.200	2.724	2.625	2.546
30 anos	2.221	2.695	2.561	2.587

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Spreads de crédito

Mensalmente, o Grupo procede à identificação de posições líquidas de derivados de crédito em conformidade com um *liquidity score model* definido internamente considerando para o efeito informação de mercado disponibilizada pela Markit, DTCC e Bloomberg. As posições consideradas como líquidas são valorizadas com os spreads de crédito disponibilizados diariamente na Bloomberg, enquanto que as posições ilíquidas são valorizadas com um modelo interno considerando os spreads de crédito existente entre as yields curves disponibilizadas pela Bloomberg (BVAL ou BFVC), segmentadas por sector, rating, país, moeda e maturidade, e as *swap curves*, devidamente ajustados por um prémio de liquidez.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos principais índices de crédito, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
31.12.2012						
CDX USD Main	19	19,53	58,01	94,36	119,43	139,02
iTraxx EUR Main	18	-	72,59	117,40	138,30	155,88
iTraxx EUR Senior Financial	18	-	-	141,33	-	176,44
31.12.2011						
CDX USD Main	17	60,25	93,98	120,03	128,87	137,62
iTraxx EUR Main	16	-	153,99	173,38	177,50	179,25
iTraxx EUR Senior Financial	16	-	-	275,25	-	273,54

Em 31 de Dezembro de 2012, parte substancial do mercado de *Credit Default Swaps - Single Names* não cumpre os critérios de liquidez/actividade. A carteira de *Credit Default Swaps* do Grupo encontra-se valorizada tal como descrito anteriormente.

Taxas de câmbio

As taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos instrumentos financeiros em moeda estrangeira do Grupo apresentam-se como segue:

Cambial	31.12.2012	31.12.2011
EUR/USD	1,3194	1,2939
EUR/GBP	0,8161	0,8353
EUR/CHF	1,2072	1,2156
USD/BRL ^(a)	2,0491	1,8671

^(a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

O Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado à respectiva data de referência.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Justo valor dos activos financeiros reclassificados

Conforme descrito na política contabilística 2.8, à luz do disposto na revisão do IAS 39 (“Reclassificação de instrumentos financeiros”), o Grupo efectuou as seguintes reclassificações:

- Durante o segundo semestre de 2008, o Grupo reclassificou activos financeiros não derivados da carteira de activos financeiros disponíveis para venda e detidos para negociação para a carteira de crédito e outros valores a receber;
- Durante o primeiro trimestre de 2011, o Grupo reclassificou activos financeiros não derivados da carteira de activos financeiros disponíveis para venda para a carteira de activos financeiros detidos até à maturidade;
- No terceiro trimestre de 2012 o Grupo reclassificou activos financeiros da carteira de activos financeiros detidos até à maturidade para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

A análise destas reclassificações é a seguinte:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012		31.12.2011		à data da reclassificação	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
<u>Activos reclassificados em 2008</u>						
De Activos disponíveis para venda para Créditos e outros valores a receber	328.984	308.668	503.336	492.692	1.078.795	1.078.795
De Activos financeiros de negociação para Créditos e outros valores a receber	10.263	11.698	11.001	10.670	285.669	285.669
<u>Activos reclassificados em 2011</u>						
De Activos disponíveis para venda para Detidos até à maturidade	-	-	176.653	169.550	174.033	174.033
<u>Activos reclassificados em 2012</u>						
De Activos detidos até à maturidade para Disponíveis para venda	1.407	1.407	-	-	93.656	90.947
	<u>340.654</u>	<u>321.773</u>	<u>690.990</u>	<u>672.912</u>	<u>1.632.153</u>	<u>1.629.444</u>

O valor de balanço dos títulos reclassificados a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 encontra-se bruto de imparidade, excluindo o valor das correcções de valor dos activos objecto de cobertura e os juros periodificados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2012

Os montantes reconhecidos em resultados e em reservas de justo valor relativos aos activos financeiros reclassificados, são os seguintes:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012				31.12.2011			
	Resultados do exercício		Variação		Resultados do exercício		Variação	
	Juros	Imparidade	Reservas justo valor	Capital próprio	Juros	Imparidade	Reservas justo valor	Capital próprio
<u>Activos reclassificados em 2008</u>								
De Activos disponíveis para venda para Créditos e outros valores a receber	18.561	(9.751)	(366)	8.444	25.881	(22.293)	741	4.329
De Activos financeiros de negociação para Créditos e outros valores a receber	475	-	-	475	538	-	-	538
<u>Activos reclassificados em 2011</u>								
De Activos disponíveis para venda para Detidos até à maturidade	3.386	-	426	3.812	4.372	-	(502)	3.870
<u>Activos reclassificados em 2012</u>								
De Activos detidos até à maturidade para Disponíveis para venda	567	-	448	1.015	-	-	-	-
	22.989	(9.751)	508	13.746	30.791	(22.293)	239	8.737

Em 31 de Dezembro de 2012, o valor em balanço relativo às reservas de justo valor da carteira reclassificada em 2008 e 2011 ascende a m€ (1.476) e m€ -, respectivamente (2011: m€ (1.110) e m€ (959)) (Ver Nota 29). O valor em balanço relativo às reservas de justo valor da carteira reclassificada em 2012 ascende a m€ (102).

Caso não tivessem ocorrido as reclassificações descritas anteriormente, os montantes adicionais reconhecidos em resultados e no capital próprio seriam os seguintes:

<i>milhares EUR</i>	31.12.2012			31.12.2011		
	Variação de justo valor	Resultados do exercício	Reservas de justo valor	Variação de justo valor	Resultados do exercício	Reservas de justo valor
<u>Activos reclassificados em 2008</u>						
De Activos disponíveis para venda para Créditos e outros valores a receber	(20.316)	-	(20.316)	(10.644)	-	(10.644)
De Activos financeiros de negociação para Créditos e outros valores a receber	1.435	1.435	-	(330)	(330)	-
<u>Activos reclassificados em 2011</u>						
De Activos disponíveis para venda para Detidos até à maturidade	111	-	111	(7.103)	-	(7.103)
<u>Activos reclassificados em 2012</u>						
De Activos detidos até à maturidade para Disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
	(18.770)	1.435	(20.205)	(18.077)	(330)	(17.747)

38. Estrutura do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2012, a estrutura do Grupo apresenta-se como segue:

Subsidiária	Ano de constituição	Ano de aquisição	Sede	Actividade	% Participação	Método de consolidação
Banco Finantia, S.A.	1987	1987	Portugal	Bancária	-	-
Banco Finantia International, Ltd.	1997	1997	Ilhas Cayman	Bancária	100	Integral
Banco Finantia Sofinloc, S.A.	1993	2001	Espanha	Bancária	99,60	Integral
Esprin - Española de Promociones, S.L.	2000	2001	Espanha	Prestação de serviços e detenção de participações	100	Integral
Finantia Brasil, Lda.	1997	1997	Brasil	Prestação de serviços	100	Integral
Finantia PH Limited	2004	2004	Malta	Gestão de Participações	100	Integral
Finantia Securities Ltd	1993	1997	Reino Unido	Broker-Dealer	100	Integral
Finantia Serviços - Prestação de Serviços Empresariais, Lda.	1989	1989	Portugal	Prestação de serviços	100	Integral
Finantia SGFTC, S.A.	2003	2003	Portugal	Administração de fundos	100	Integral
Finantia USA, Ltd.	1995	1997	E.U.A	Broker-Dealer	100	Integral
Finantia Emea Ltd	2004	2004	Malta	Financeira	100	Integral
Finantia Holding BV	2004	2004	Holanda	Gestão de Participações	100	Integral
LTR Finance n°6 plc	2006	2006	Irlanda	Entidade de finalidade especial	100	Integral
LTR Finance n°7 plc	2009	2009	Irlanda	Entidade de finalidade especial	100	Integral
LTR Finance n°8 plc	2007	2007	Irlanda	Entidade de finalidade especial	100	Integral
Sofinloc - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1983	1992	Portugal	Crédito especializado	100	Integral

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Finantia, SA (“Banco”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 2.259.209 milhares de euros e um total de capital próprio de 372.103 milhares de euros, o qual inclui interesses que não controlam de 220 milhares de euros e um resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco de 3.126 milhares de euros, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco (i) a preparação do Relatório do Conselho de Administração (consolidado) e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório do Conselho de Administração (consolidado) com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

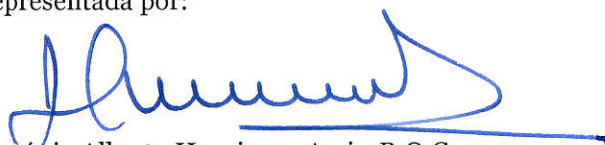
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Finantia, SA, em 31 de dezembro de 2012, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório do Conselho de Administração (consolidado) é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

21 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras Consolidadas

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração (consolidado) e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Finantia, SA (“Banco”) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco e das suas filiais mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas Consolidadas, em anexo, com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

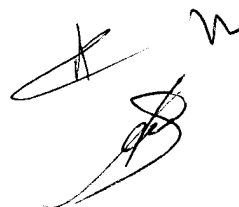
i) o Balanço consolidado, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e as correspondentes Notas explicativas, complementados com o teor da Certificação Legal das Contas Consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada do Banco, dos seus resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, das alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados; e

iii) o Relatório do Conselho de Administração (consolidado) é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspetos mais significativos.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração (consolidado);

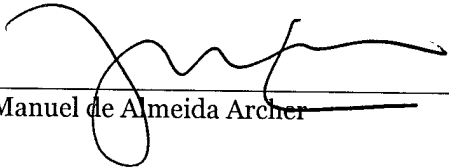


ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Grupo com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

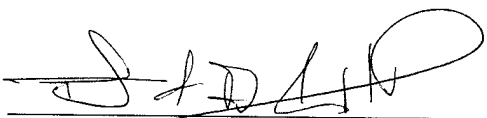
Lisboa, 21 de março de 2013

O Presidente do Conselho Fiscal



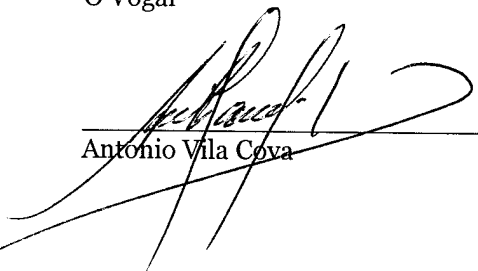
José Manuel de Almeida Archer

O Vogal



Fernando Ribeiro e Castro

O Vogal



António Vila Cova